



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS**



SUELY ARAGÃO AZEVÊDO VIANA

**A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA FORMAÇÃO
CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO CURSO DE BACHARELADO EM
ENFERMAGEM**

**JOÃO PESSOA – PB
2018**

SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA

**A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA FORMAÇÃO
CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO CURSO DE BACHARELADO EM
ENFERMAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação – PPGE como requisito para obtenção do
título de Mestre em Educação pelo Centro de Educação
da Universidade Federal da Paraíba.
Área de Concentração: Políticas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

**JOÃO PESSOA – PB
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V614i Viana, Suely Aragão Azevêdo.

A interferência da Educação Básica pública na formação científico-pedagógica no Curso de Bacharelado em Enfermagem / Suely Aragão Azevêdo Viana. - João Pessoa, 2018.

104 f. : il.

Orientação: Wilson Aragão.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Educação Básica pública. 2. Educação Superior privada. 3. Dificuldades. I. Aragão, Wilson. II. Título.

UFPB/BC

SUELY ARAGÃO AZEVÊDO VIANA

**A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA FORMAÇÃO
CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO CURSO DE BACHARELADO EM
ENFERMAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Área de Concentração: Políticas Educacionais.

Aprovada

Em 25 de setembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
Orientador – UFPB/PPGE

Prof^a. Dr^a. Janine Marta Coelho Rodrigues
Examinadora Interna – UFPB/PPGE

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Examinador Externo – UFPB/MPPGAV

**JOÃO PESSOA – PB
2018**

Dedico ao meu amado pai, Sérgio de Souza Azevêdo (in memórian) e a minha querida avó Joseja Honorato Aragão (in memórian), estrelas que brilham o meu caminho.

AGRADECIMENTOS

À Deus e Nossa Senhora de Fátima, por sempre me guiarem e conduzirem meus caminhos, especialmente nos momentos de maiores dificuldades.

Ao meu esposo, Carlos Eduardo, por está ao meu lado me fortificando, apoiando, como também compreendendo minha ausência em alguns momentos em virtude de meus estudos.

À minha mãe, meus irmãos, sobrinhos, e demais familiares, pelo incentivo durante a realização desta conquista.

Ao meu orientador, professor Dr. Wilson Honorato Aragão, pelo seu carinho, competência, apoio e atenção especial nas revisões e sugestões para conformação significativa da pesquisa.

Aos professores Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues e Dr. Swamy de Paula Lima Moraes que aceitaram participar da Banca Examinadora deste trabalho, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional, como também pelo apoio e incentivo durante minha caminhada.

Ao Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, na pessoa da coordenadora do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Patrícia Tavares de Lima, pelo apoio concedido para realização desta pesquisa.

Aos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem que participaram da coleta de dados, permitindo assim a efetivação deste estudo.

À todos os meus amigos de trabalho, que ao longo de minha jornada participaram e incentivaram-me em mais uma etapa conquistada.

As amizades construídas durante toda esta jornada, especialmente Aureliana Tavares, Ana Claudia Cavalcante e Ana Maria Barreto, pelos ensinamentos e trocas de saberes que obtivemos, que possamos seguir em frente com a certeza de mais uma conquista em nossas vidas.

“Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar quais os fatores presentes na Educação Básica pública que interferem na formação acadêmica dos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. Com o intuito de alcançarmos as metas propostas pelo estudo, com relação aos objetivos realizamos uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. No que tange aos procedimentos técnicos utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados se deu com o auxílio de um questionário sendo o mesmo aplicado entre abril e maio de 2018. Os dados quantitativos foram apresentados em gráficos, enquanto que os qualitativos foram agrupados por categorias, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta do Bardin. Nesta pesquisa inicialmente foi realizado uma reflexão acerca da Educação Básica e Educação Superior, em seguida realizamos um breve histórico da Educação Superior no Brasil, no qual também discorremos sobre a relação do ensino público com o ensino privado, dando continuidade apresentamos as vivências da Educação Básica pública que podem interferir na Educação Superior privada. Por último apresentamos as considerações finais e os elementos pós-textuais. Durante a análise dos dados observamos que no primeiro período tanto diurno quanto noturno prevalece os discentes com idades entre 18 e 25 anos, e sobre a renda familiar do turno da manhã, impera os que recebem entre um e dois salários mínimos, já os da noite, as estatísticas são iguais para os que têm renda de até um salário mínimo e os que estão entre um e dois salários mínimos. No décimo período a faixa etária predominante no turno da manhã encontra-se entre 36 e 40 anos, já entre o noturno entre 31 e 35 anos. Ao falarmos de renda familiar, os participantes da pesquisa diurnos tiveram resultados iguais para os que recebem entre um e dois salários mínimos e acima de três salários mínimos, no turno da noite prevaleceu os que recebem entre um e dois salários mínimos. Ao analisarmos os dados referentes aos fatores que podem refletir na Educação Superior privada observamos que algumas informações independem do turno e do período, pois a maioria citou que as principais dificuldades são provenientes de questões financeiras, falta de tempo para se dedicar aos estudos, e relacionadas com a deficiência de conhecimentos básicos acerca das disciplinas de base, como Português, Matemática, Química e Física.

Palavras-chave: Educação Básica Pública. Educação Superior Privada. Dificuldades.

ABSTRACT

This research had as general objective the analysis of which factors present in Public Basic Education interfere in student academic formation in the Higher Education Paraíba Institute - IESP Nursing Bachelor Course. In order to reach the goals proposed by this study, with regard to the objectives, exploratory and descriptive researches were carried out, with a quantitative and qualitative approach. With regard to technical procedures, bibliographical and documentary researches were applied. The data collection was carried out with the aid of a questionnaire applied between April and May 2018. Quantitative data were presented as graphs, while qualitative data were grouped in categories, using Bardin's proposed content analysis technique. Initially, a reflection on Basic Education and Higher Education was carried out, followed by a brief history of Higher Education in Brazil, in which the relationship between public and private education was also discussed. Subsequently, Basic Education experiences that may interfere with private higher education were presented. Finally, final considerations and post-textual elements are presented. The data analysis indicated that, during the first semester, among both day and night-time students, students aged 18 to 25 were the majority, as well as students receiving between one and two minimum wages, while for night-time students, statistics were the same for those with incomes of up to one minimum wage and between one and two minimum wages. In the tenth semester, the predominant age group among morning students was between 36 and 40 years old, and among night-time students, between 31 and 35 years old. Regarding family income, daytime research participants presented the same results as those receiving between one and two minimum wages and above three minimum wages, while among night-time students, those receiving between one and two minimum wages were the majority. When analyzing the data regarding factors that can reflect in Private Higher Education, some information was independent of study period and semester, since most participants cited that main difficulties arise from financial issues, lack of study dedication time and related to the lack of basic knowledge about basic subjects, such as Portuguese, mathematics, chemistry and physics.

Keywords: Basic Public Education. Private Higher Education. Difficulties.

LISTA DE SIGLAS

ANDES – Associação Nacional de Docentes da Educação Superior
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNS – Conselho Nacional de Saúde
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FATECPB – Faculdade de Tecnologia da Paraíba
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Humano
FIES – Fundo de Investimento ao Estudante do Ensino Superior
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IESP – Instituto de Educação Superior da Paraíba
IFC – International Finance Corporation
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SESP – Sociedade de Ensino Superior da Paraíba
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB – Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudantes entre 18 e 24 anos de idade no período entre 2004 e 2014 que frequentavam a Educação Superior agrupados por Regiões.....	48
Figura 2: Distribuição dos jovens entre 15 e 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade no período entre 2004 e 2014.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de matrículas nas instituições de Educação Superior no ano de 2016.....	33
Gráfico 2: Percentual de alunos que concluíram a graduação em 2016.....	34
Gráfico 3: Quantitativo das instituições de Educação Superior a nível Nacional.....	35
Gráfico 4: Quantitativo das instituições de Educação Superior na Região Nordeste....	35
Gráfico 5: Quantitativo das instituições de Educação Superior no Estado da Paraíba.	36
Gráfico 6: Faixa etária dos alunos matriculados no primeiro e no décimo período.....	45
Gráfico 7: Alunos que necessitam de transporte escolar cedido por seus municípios de residência.....	48
Gráfico 8: Gênero dos alunos que foram questionados.....	52
Gráfico 9: Estado civil dos participantes da pesquisa.....	53
Gráfico 10: Renda familiar dos participantes da pesquisa.....	54
Gráfico 11: Percentual dos alunos que possuem atividade laboral.....	56
Gráfico 12: Tempo de intervalo entre a conclusão do Ensino Médio e a inserção na Educação Superior.....	59
Gráfico 13: Disciplinas da Educação Básica que os alunos tinham mais dificuldades.	61
Gráfico 14: Quantitativo dos alunos que possuem curso em nível técnico.....	63
Gráfico 15: Quantitativo dos alunos que já realizaram o ENEM.....	64
Gráfico 16: Quantitativo dos alunos beneficiados por Programas Sociais ao ingressarem na Educação Superior.....	66
Gráfico 17: Quantitativo dos alunos quando questionados se a instituição oferece meios para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	23
2.1 Relação do Ensino Público versus Ensino Privado.....	37
3 VIVÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA QUE PODEM REFLETIR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA.....	44
3.1 Caracterização sócio-econômica da Pesquisa.....	45
3.2 Caracterização dos fatores que podem refletir na Educação Superior privada.....	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES.....	94
ANEXOS.....	99

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica durante a última década vem apresentando avanços significativos, que podem refletir na Educação Superior. O acesso à escola de base tem efetivamente progredido em todas as regiões do país, graças aos esforços dos Estados, que têm priorizado o desenvolvimento da educação em seus investimentos. Diante deste fato também é notório o aumento de alunos matriculados em Instituições de Educação Superior. No entanto, este acesso à escola, na maioria das vezes, não possui relação com a elevação na qualidade de ensino-aprendizagem, pois um grande número de crianças e adolescentes ainda sai das instituições sem terem adquirido os conhecimentos e competências necessárias para sua integração social e profissional, apresentando diversas dificuldades quando ingressam na Educação Superior.

A Educação Básica, sendo esta composta pela Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio, necessita ter os anos de estudos sequenciais, para que os alunos possam receber formação comum indispensável para o exercício da cidadania, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB do ano de 1996, e ao concluir tal etapa, possa seguir adiante com seus estudos em nível de graduação ou outra modalidade educativa.

O início da formação social brasileira não promovia a educação pública para todos os cidadãos, com a finalidade de continuarem a usufruir da mão-de-obra barata e serviços braçais, servindo apenas como “meros trabalhadores” para os homens bons e agraciados pelo poder religioso e barões políticos locais e regionais.

Diante da omissão aos direitos políticos e sociais da população brasileira, a nossa sociedade foi constituída, no entanto, traz consigo até os dias atuais consequências do descaso com a educação no país.

Souza (2013) enfatiza que a sociedade atual é um reflexo do desrespeito à legislação brasileira, na qual não se cumpre com os direitos elementares do povo, como a saúde, habitação, previdência, transporte e educação, apesar de todos serem garantidos pela Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. O mesmo ainda diz que os grupos políticos não enxergam pessoas e sim o seu valor segundo a capacidade de produzir e consumir.

Reafirmando o pensamento de Sousa (2013), Sharpe (1992) diz que a maioria dos pesquisadores não consideram as dificuldades enfrentadas pelo povo como um fato histórico importante, e que está presente desde as comunidades antepassadas, e sim como um problema que o governo atual precisa saber lidar com a situação, uma vez que não é necessário reconstruir a mentalidade e o modo de viver do povo, mas antes explorar o mundo intelectual destes.

Os obstáculos que as classes menos favorecidas socialmente precisam se defrontar para ter seu direito garantido com relação aos estudos vai muito além da capacidade intelectual do indivíduo, pois para que estes consigam permanecer na escola é necessário que tenham suas necessidades básicas preservadas, como, por exemplo, sentir-se seguro, alimentar-se bem, descansar e ter momentos de lazer, visto que o homem é um ser integralizado e não conseguimos dissociá-lo do meio em que o mesmo está inserido.

Atualmente existem diversos pesquisadores que estudam como melhorar o cenário da educação no país, como por exemplo, Luiz Carlos de Freitas, Nilson José Machado, Demerval Saviani, Simon Schwartzman, entre outros, mas em geral, ou têm como alvo a Educação Básica, ou têm como propósito analisar especificamente a Educação Superior. Pouco se encontra na literatura trabalhos sobre a relação entre o desempenho do aluno na Educação Básica e a escolha da profissão na Educação Superior.

A fragilidade do ensino na Educação Básica é um problema que ocorre há décadas, especialmente nas instituições públicas do nosso país, sendo este fato refletido na Educação Superior, uma vez que alguns alunos chegam até esta etapa com um grande déficit de conhecimento nas disciplinas do núcleo comum como Português e Matemática, por exemplo, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista que sou enfermeira, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Enfermagem do Trabalho, e atuo na área da docência lecionando no Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP há cinco anos, observo a dificuldade do alunado durante sua vida acadêmica, quando os mesmos necessitam realizar pesquisas com teor científico e até mesmo durante o estudo de algumas disciplinas que requer conhecimento que deveriam ter sido adquiridos durante a Educação Básica, justificando assim a temática para a pesquisa.

Na busca de compreender tal realidade foi que resolvemos desenvolver esta pesquisa, uma vez que permite investigar e analisar as interferências que a Educação Básica traz para o alunado de cursos de graduação de instituições privadas.

Tendo em vista que a maioria do nosso alunado possui dificuldades relacionadas ao acesso e a sua permanência tanto na escola como nas instituições de Educação Superior, não podemos deixar de interligá-las com a situação socioeconômica do Brasil, pois as condições financeiras e sociais da população interferem no grau de escolarização destes.

Neste contexto, a análise das políticas governamentais aplicadas na Educação Superior é de extrema importância, pois permitem afirmar que o crescimento do acesso à universidade impõe alguns desafios qualitativos e ainda, inclusão dos gestores e demais profissionais envolvidos na educação universitária.

A inclusão dos gestores e demais membros na execução das políticas governamentais da Educação Superior, se dá pelo fato de que os mesmos não podem preocupar-se apenas com questões relacionadas ao mercado financeiro, apesar da educação ser um tipo de comércio, pois a qualidade dos profissionais formados refletirá no conceito e/ou nota atribuída pelo Ministério da Educação – MEC as instituições, como também na popularização de seus cursos, portanto todos os funcionários precisam planejar e executar ações visando à acessibilidade de todo e qualquer cidadão que deseje ingressar em cursos de graduação.

Com isso, a presente pesquisa buscou resposta para os seguintes questionamentos: Qual o perfil sócio-demográfico dos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem que estudaram a Educação Básica na rede pública? Que vivências na Educação Básica acabam refletindo na Educação Superior?

Para que o nosso problema de estudo fosse solucionado, elegemos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

* Analisar quais os fatores presentes na Educação Básica pública que interferem na formação acadêmica dos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP.

Objetivos Específicos:

- * Identificar o perfil sócio-econômico dos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do IESP que cursaram a Educação Básica em instituições públicas;

- * Traçar o perfil do alunado do primeiro período dos turnos da manhã e da noite em relação ao conhecimento e aprofundamento nos estudos;

- * Traçar o perfil do alunado do décimo período dos turnos da manhã e da noite em relação ao conhecimento e aprofundamento nos estudos.

Em seguida apresentamos a metodologia utilizada durante a realização desta pesquisa.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Desta forma, só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Ainda conforme o autor, a pesquisa científica surge a partir da determinação de um objeto específico de investigação; e da explicitação de um método para essa investigação.

Assim, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados. Para Fachin (2001, p. 21), em pesquisa científica o método é considerado como sendo “um instrumento do conhecimento” que permite aos cientistas de qualquer área de estudo um sentido geral de orientação que auxilia a elaboração do planejamento da pesquisa, a definição das hipóteses, a execução do processo de investigação e a análise e interpretação de resultados.

Desta forma, a finalidade do processo metodológico é descrever e apresentar as principais informações e características utilizadas para a realização da pesquisa que dá o

substrato desta dissertação, com o cuidado para que sua execução permita o alcance dos objetivos definidos.

Com o intuito de alcançarmos as metas propostas pelo estudo, com relação aos objetivos realizamos uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, permitindo maiores informações sobre determinado assunto. A grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008; ALVES, 2012).

Para Sampieri; Collado e Lucio (2013) esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

As pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, como por exemplo, nos estudos etnográficos, no levantamento de opiniões, de atitudes, crenças, entre outros, também é utilizada no estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008; ALVES, 2012).

No que diz respeito à abordagem quantitativa, Lakatos e Marconi (2012) afirmam que esta envolve uma progressão relativamente linear de tarefas, no qual o pesquisador segue-as com fidelidade. Enquanto que a pesquisa qualitativa é caracterizada como sendo a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características de uma situação.

Segundo Alves (2012), a utilização conjunta da pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

No que tange aos procedimentos técnicos utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo.

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica referente à temática em questão, na qual vários aspectos foram abordados, dando-se ênfase às Políticas Educacionais da Educação Básica e da Educação Superior. Como material utilizamos livros, artigos, revistas científicas e canais de pesquisa virtual.

Dando continuidade, com a pesquisa documental, analisamos documentos oficiais do Ministério da Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e o Plano Nacional de Educação – PNE, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2016 realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Catálogo Institucional do IESP do ano de 2017, entre outros.

Por último, realizamos a coleta dos dados que constituiu o nosso terceiro capítulo através de uma pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, objetivando trazer subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006; LAKATOS; MARCONI, 2012).

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2008), vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Nesta categoria estão inclusos documentos, conservados em arquivos de órgãos públicos ou privados como relatórios, estatísticas e outros.

Segundo Lakatos e Marconi (2012) a pesquisa de campo é uma das etapas da metodologia científica que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus nichos, cenários e ambientes naturais de vivência.

A coleta de dados se deu com o auxílio de um questionário (APÊNDICE A) elaborado contendo tanto questões sociais quanto relacionadas à temática em questão, sendo as mesmas objetivas e subjetivas. A coleta foi efetivada nos meses de abril e maio de 2018.

De acordo com Alves (2012) o questionário é um instrumento utilizado para coleta de dados, sendo este confeccionado pelo pesquisador e preenchido pelo informante. Sua linguagem deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Esta técnica para coleta de dados tem um custo financeiro razoável, apresenta as mesmas questões para todos os participantes, garante o anonimato e pode conter questões para atender as finalidades específicas de uma pesquisa. Pode ser aplicado individualmente ou em grupos, por telefone, ou mesmo pelo correio, podendo conter tanto questões subjetivas, como questões objetivas de resposta numérica, ou do tipo sim ou não (ALVES, 2012).

Como população para a pesquisa tivemos todos os alunos matriculados no Curso de Graduação em Bacharelado em Enfermagem do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. No entanto, a amostra foi composta por 22% das turmas.

Como critérios de inclusão para participar da amostra, esta pesquisa apresentou os seguintes aspectos: o participante tinha que ser maior de 18 anos de idade, está cursando o primeiro período (P1) ou o último (P10) do Curso de Bacharelado em Enfermagem na referida instituição, ter estudado exclusivamente em escolas públicas durante todos os anos da Educação Básica, e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B).

A escolha pelos alunos do primeiro período se deu pelo fato destes em sua grande maioria apresentarem dificuldades de adaptação a esta nova etapa em seus estudos, e o último período por serem os alunos concluintes, e com isso teremos como realizar uma análise com relação ao quantitativo de discentes que permanecem até concluir o curso de graduação.

O curso de Bacharelado em Enfermagem do IESP atualmente possui em média 500 alunos matriculados por semestre, distribuídos entre as 18 turmas existentes, no qual são nove no turno da manhã e nove no período da noite. O tempo de duração mínima do curso é de cinco anos.

O curso de enfermagem tem sua autorização de funcionamento registrada pela Portaria SESU 496 (17/08/2006) DOU de 18 de agosto de 2006, sendo este reconhecido pela Portaria do MEC 298 (27/12/2012) DOU de 03 de janeiro de 2013.

O presente estudo foi desenvolvido no Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP / Faculdade de Tecnologia da Paraíba – FATECPB, uma vez que a referida instituição é privada e oferece vários cursos em nível de graduação, sendo os mesmos ofertados nos turnos diurno e noturno, e recebe alunos beneficiados pelos programas sociais ofertados pelo Governo Federal, como também por empresas privadas.

De acordo com o Catálogo Institucional do IESP do ano de 2017, o Instituto de Educação Superior da Paraíba, é uma instituição privada, criada em 12 de junho de 1994 e mantida pela Sociedade de Ensino Superior da Paraíba – SESP, inscrita no CPMJ/MF sob o nº 70.118.716/0001-73, com vistas à prestação, por conta própria, de serviços educacionais regulares em nível de Educação Superior. Situada no Km 14 da BR 230, no município de Cabedelo – grande João Pessoa, o IESP foi credenciado inicialmente pela Portaria MEC nº. 222 de 06 de março de 1998, publicada no D.O.U. de 10 de março de 1998.

Vinculados ao IESP temos os seguintes cursos de graduação: administração, arquitetura e urbanismo, ciências contábeis, direito, educação física, enfermagem, engenharia civil, engenharia de produção, fisioterapia, nutrição, odontologia, psicologia, publicidade e propaganda, e sistemas da informação.

Pertencentes a FATEC/PB, são disponibilizados os seguintes cursos: design de interiores, estética e cosmética, gestão comercial, gestão de recursos humanos, gestão de tecnologia da informação, gestão financeira, produção publicitária, redes de computadores, e sistemas para internet.

Desde a sua fundação, em 1998, a referida instituição tem como metas a busca por uma educação de qualidade e pelo desenvolvimento profissional de seus alunos. Sua estrutura física é atraente e completa, contendo seis grandes blocos repletos de salas de aulas amplas e climatizadas, auditórios, laboratórios e clínica escola, para as discussões práticas da vida acadêmica, biblioteca com um dos melhores acervos da Paraíba, além de espaço de vivência com praça de alimentação e internet wi-fi.

Os dados quantitativos foram analisados mediante estatística descritiva com o uso do software Microsoft Excel 2010, sendo consolidados com a tabulação e cálculo de frequências simples para todas as variáveis e apresentadas em gráficos. Enquanto que os dados qualitativos foram analisados e agrupados por categorias, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta do Bardin, facilitando assim a compreensão do leitor.

Bardin (2009) define a técnica de análise de conteúdo como sendo um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa à obtenção de indicadores, seja quantitativo ou não, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção das informações.

A técnica de análise de conteúdo do referido autor é composta por três etapas:

- 1- Pré- análise: etapa no qual se realiza a organização e leitura flutuante do material;
- 2- Exploração do material: realizando-se uma codificação das unidades de registro; e
- 3- Tratamento dos resultados: etapa responsável pela interpretação e categorização dos conteúdos.

Assim, para alcançarmos os objetivos propostos, os conteúdos temáticos encontrados no trabalho foram classificados nas seguintes categorias: dificuldades encontradas pelos alunos do primeiro período do turno da manhã durante a permanência na Educação Superior; dificuldades encontradas pelos alunos do primeiro período do turno da noite durante a permanência na Educação Superior; dificuldades encontradas pelos alunos do décimo período do turno da manhã durante a permanência na Educação Superior; e dificuldades encontradas pelos alunos do décimo período do turno da noite durante a permanência na Educação Superior. Vale ressaltar que os nomes próprios utilizados durante a transcrição dos relatos dos pesquisados são todos fictícios.

Quanto aos aspectos éticos, cabe destacar que durante todo o processo da pesquisa, especialmente na fase da coleta de informações empíricas, foram observados e respeitados o que diz a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, uma vez que envolve seres humanos, estabelecendo assim uma relação de respeito a dignidade do participante. Vale ressaltar que esta etapa só foi iniciada após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo

Comitê de Ética, sendo o mesmo cadastrado na Plataforma Brasil e aprovado pelo CAAE: 80425317.2.0000.5184.

Quanto aos aspectos normativos, dispostos na citada Resolução, observamos as questões relacionadas à nossa inserção na instituição, cenário físico e social do estudo, e a interação com os participantes da pesquisa. No tocante à instituição, encaminhamos um protocolo de pesquisa informando, com clareza, os passos metodológicos e operacionais da sua construção, para ser apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, que referenda a investigação.

Aos participantes, garantimos o esclarecimento sobre a importância do estudo e asseguramos a todos os sujeitos o direito a não participar da pesquisa, além de garantir o anonimato, inclusive na divulgação da mesma. Foi solicitada a anuência desses, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para tornar legítima nossa interferência no espaço individual autônomo que foi elaborado em linguagem acessível, incluindo objetivos, justificativas, procedimentos utilizados e informações sobre riscos da pesquisa; esclarecimentos adicionais, caso necessário, antes, durante e após o curso da investigação; anonimato; sigilo das informações e respeito à sua privacidade; liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; assim como garantia do retorno dos benefícios da pesquisa.

Este estudo apresentou como possíveis riscos e/ou desconforto o preenchimento do questionário com dados relacionados à caracterização do participante, no entanto, foi preservado o anonimato de todos os participantes.

Os benefícios deste estudo foram relacionados às Políticas Educacionais, nos quais apontamos contribuições para a Educação Superior privada. Ao término desta, os resultados foram comunicados a instituição envolvida. A pesquisa não trouxe ônus financeiro para a entidade participante, e a coleta de dados como propôs o projeto, possibilitou a obtenção de conhecimento científico relevante e novo, e não poderia ser conseguido de outra forma.

A seguir apresentamos a estrutura formal da dissertação, no qual fizemos uma explanação sobre os capítulos.

No primeiro capítulo inicialmente foi realizado uma reflexão acerca da Educação Básica e Educação Superior, sendo apresentado também os objetivos da pesquisa. Em seguida, discorremos sobre as considerações metodológicas e a estrutura desta.

No segundo capítulo foi apresentado um breve histórico da Educação Superior no Brasil, no qual também discorremos sobre a relação do ensino público com o ensino privado.

No terceiro capítulo apresentamos as vivências da Educação Básica pública que podem interferir na Educação Superior privada, no qual apresentamos o resultado da coleta de dados, sendo este subdividido nos seguintes tópicos: caracterização sócio-econômica da pesquisa, e caracterização dos fatores que podem refletir na Educação Superior privada.

Dando continuidade a pesquisa, foi apresentado as considerações finais, no qual discorremos sobre os achados durante a coleta de dados, relacionando-os com os objetivos propostos.

Por último, foram apresentados os tópicos pós-textuais, onde encontram-se as referências utilizadas durante a construção desta dissertação; os apêndices, sendo este constituído pelo questionário e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ambos utilizado durante a coleta de dados; e os anexos, composto pelo encaminhamento do pesquisador, a folha de rosto, o termo de anuência, e o parecer consubstanciado do Comitê de Ética.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Com o intuito de compreendermos sobre a Educação Superior brasileira na conjuntura que estamos vivenciando, é necessário analisarmos desde seus primórdios, elucidando as condições e fatores do contexto histórico-político que determinaram sua origem, consolidação e expansão até os dias atuais.

De acordo com Cunha (1986), no ano de 1808 foram fundadas as primeiras Escolas de Educação Superior no Brasil, fato este que só ocorreu após a chegada da família real portuguesa no país. Ainda no mesmo ano, foram criadas as Escolas de Cirurgia e Anatomia no município de Salvador – hoje denominada de Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; a de Anatomia e Cirurgia, localizada no Rio de Janeiro – denominada atualmente de Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro.

Até o momento da Proclamação da República em 1889, a Educação Superior vinha apresentando uma evolução bastante lenta, e tinha como finalidade apenas a aquisição de um diploma profissional para aqueles membros de famílias com posses financeiras que almejava ocupar cargos e funções privilegiadas no mercado de trabalho, que ainda era muito restrito, além de garantir status perante a sociedade.

A partir de 1850 percebeu-se um pequeno aumento no quantitativo de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos, como por exemplo, o Museu Nacional e o Observatório Nacional. No entanto a Educação Superior continuava restrita à profissões liberais e em poucas instituições públicas, pois dependia da vontade política e dos investimentos do governo.

Martins (2002) diz que até o fim do século XIX, no Brasil só havia 24 instituições de Educação Superior, com cerca de 10.000 alunos matriculados. No ano de 1891 após a Constituição da República, começaram a surgir os estabelecimentos privados a partir das elites locais e confessionais católicas.

Nos 30 anos seguintes, a Educação Superior apresentou uma boa evolução, expandindo de 24 escolas privadas isoladas para 133, destas, 86 foram criadas na década de 1920, porém mesmo sendo particulares, eram voltadas basicamente para a formação profissional e eram controladas pelo Estado. O modelo adotado para o funcionamento

baseava-se na Reforma Pombalina que houve em Portugal, a qual libertou o ensino do método conservador; e o modelo napoleônico, que separava o ensino da pesquisa científica (MARTINS, 2002).

E finalmente na década de 1920, as universidades começaram a ser criadas não apenas como meras instituições de ensino de caráter político, e sim com a finalidade de formar profissionais de nível superior capazes de auxiliar no desenvolvimento da sociedade através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, o tripé da Educação Superior (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2017).

Diante de tal evolução, em 1931, o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu uma ampla reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos – nome do primeiro Ministro da Educação do Brasil, que autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades, instituindo uma cobrança anual, uma vez que o ensino superior público não era gratuito.

Entre 1931 e 1945, segundo Martins (2002), foi um período de disputas entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação, e com isso o governo passou a ofertar o ensino religioso facultativo na Educação Básica em troca do apoio da Igreja Católica, que por sua vez começou a criar suas próprias universidades na década seguinte.

Entre os anos de 1945 e 1968 o Brasil vivenciou a reforma de todo o sistema de ensino, que contou com a participação de discentes e docentes em defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e a reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Com relação às principais pautas da Educação Superior, estas foram pertinentes às instituições da cátedra; a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931; e o caráter elitista da universidade.

Paralelamente a reforma do sistema de ensino brasileiro, o Congresso em 1961, aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que defendia a iniciativa privada das universidades, acenando assim a “liberdade” do ensino.

Com o Regime Militar, em 1964, o movimento estudantil perdeu forças e as universidades públicas ficaram sob vigilância do Governo, que expulsou algumas das

lideranças da Educação Superior, e com isso expandiu o setor privado, a partir de 1970 (GERMANO, 1993).

Ainda de acordo com o autor supracitado, com a Reforma Universitária, em 1968, a área da Educação Superior passou por algumas mudanças, entre elas podemos destacar: o departamento como unidade mínima de ensino, a criação dos institutos básicos; a organização do currículo em ciclos básico e o profissionalizante; alteração no exame vestibular; abolição da cátedra; a institucionalização da pesquisa; e a centralização das decisões em órgãos federais.

No entanto, vale ressaltar que com o Regime Militar o direito dos cidadãos continuaram sendo infringidos, como demonstra Candeu e Vermeersch (2016, p. 33) em sua fala, quando retratam que

Os reflexos da ditadura civil militar sobre a educação foram tão nocivos e profundos para a sociedade que até hoje, permanecendo o mesmo modelo educacional e estrutura pedagógica, impedem o país de desenvolver o ensino e o processo de democratização através da participação política por meio deste, o qual deveria ser um direito fundamental de todo brasileiro. A partir da consolidação dessa estrutura ineficaz, a sociedade brasileira tornou-se vítima de uma cultura de massa, onde se predomina o consumo, individualismo e o desinteresse pela participação pública, resultando na ausência do papel do cidadão.

Como consequência da Reforma Universitária de 1968, segundo Schwartzman (1994) houve uma ampliação progressiva na Educação Superior privada, que ao longo dos anos foi se expandindo, uma vez que o sistema público não conseguia atender as demandas, pois os custos para implantação da reforma que requeria a contratação de professores em tempo integral e o investimento em laboratórios e atividades de pesquisa eram cada vez mais altos em virtude da procura dos alunos por cursos de graduação gratuito.

Tendo em vista que as instituições públicas dependiam apenas do financiamento público, o que antes era suficiente para o total de aluno, passou a não conseguir mais custear os gastos crescentes; o que ocasionou a expansão das instituições privadas, uma vez que estas dependem das mensalidades e com isso custeiam as despesas.

No entanto, vale ressaltar que não foi apenas a incapacidade de oferta de cursos de graduações gratuitos que fez crescer o quantitativo de instituições públicas, e sim o mercado capitalista, que nesta época estava mais preocupado com a expansão das vagas na rede

privada com o intuito de promover um número maior de mão-de-obra qualificada, e consequentemente expandir o mercado da educação.

Com a hiperexpansão e a heterogeneidade da Educação Superior brasileira, a LDB 9.394/96, alterou a terminologia de Ensino Superior para Educação Superior, sendo este último representativo na dimensão formativa e educativa inerente aos cursos de graduação, em virtude de ressaltar o compromisso com o uso social do conhecimento na construção da cidadania e democracia, enquanto que o termo Ensino Superior restringia-se apenas a instrução específica de determinada área científica.

A LDB/96 ainda classificou em seu artigo 20, as instituições de Educação Superior privada em 4 categorias, são elas:

- 1- Comunitárias: sendo esta mantida por pessoa física ou jurídica, incluindo representantes da comunidade;
- 2- Confessionais: atende a orientação ideológica de caráter específico ou confessional;
- 3- Filantrópica: relacionada a causas humanitárias; e
- 4- Particulares: instituídas e mantidas pela iniciativa privada com fins comerciais.

Sousa (2013, p. 6) diz que além da classificação relacionada ao custeio das instituições, estas também foram divididas de acordo com a sua natureza, uma vez que

uma IES brasileira pode ser universidade, centro universitário, faculdades integradas, faculdade ou instituto e, do ponto de vista da constituição jurídica de sua mantenedora, classifica-se como fundação, associação civil ou sociedade civil de direito privado. Além disso, pode distinguir-se como entidade de fins lucrativos ou não, sendo um estabelecimento laico ou confessional. Outro critério de diferenciação dessas instituições refere-se à organização acadêmica, cursos ofertados, graduação, pós-graduação, existência ou não de atividades de pesquisa e extensão e titulação docente.

A classificação das instituições de Educação Superior nos permite entender melhor qual sua função perante a sociedade, como também diferenciá-las do ponto de vista jurídico e acadêmico, fato este que também facilita para que a população possa escolher em qual tipo de instituição quer realizar seu curso de graduação.

De acordo com Cavalcante (2000), baseado nas definições da LDB/96, as universidades são instituições pluridisciplinares, que devem ser responsáveis pela formação profissional a nível superior e pelo desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, além de realizar atividades de extensão, atendendo de alguma forma às demandas da comunidade local. Seu corpo docente deve ser constituído de pelo menos um terço de profissionais com regime de dedicação integral e também um terço do mesmo corpo docente deve possuir titulação acadêmica de mestrado e doutorado.

Os centros universitários são instituições que podem abranger uma ou mais áreas do conhecimento, sendo este caracterizado pela excelência do ensino oferecido, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico, permitindo assim melhorias que podem refletir na qualidade da Educação Superior prestada aos seus discentes, uma vez que os professores são capacitados para lecionar em cursos de graduação.

As faculdades integradas são originárias da transformação de faculdades e/ou institutos superiores, por alteração de seus estatutos. Já as faculdades ou institutos superiores são instituições isoladas de ensino que são credenciadas no momento em que seu primeiro curso é autorizado (CAVALCANTE, 2000).

Diante de tal classificação, Belloni (1992, p. 71) retrata que

A instituição denominada Universidade em épocas e regiões diversas, com modos de produção, níveis de desenvolvimento social e econômico distintos, padrões culturais profundamente diferentes é, também ela, em verdade, muito diferente: não tem correspondido a um modelo único e tem se ajustado, ao longo do tempo, à realidade contextual. [...] Assim, considera-se que, apesar de existir por vários séculos e em países profundamente distintos entre si, não há um conceito único e universalmente válido de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempo e espaços diferentes [...] Se o modelo universitário não é universal e a-histórico, a crise presente é a do nascimento de um novo conceito, de um novo conteúdo caracterizador desta instituição denominada universidade, que não é definível “a priori”, mas será o resultado do embate das tendências e forças sociais, face ao desenvolvimento científico-tecnológico.

A partir da afirmação acima, percebemos que é inviável nos determos a uma conceituação única para as universidades, pois em virtude de nossa pluralidade mundial, cada instituição possui seu regimento interno e normas, com o intuito de organizar o seu funcionamento, portanto precisamos sempre nos atualizar para acompanharmos as modernidades científicas e tecnológicas.

Martins (2000, p. 42) ao se posicionar com relação ao conceito das instituições de Educação Superior diz que

O hábito intelectualizado de parte considerável da comunidade acadêmica nacional de eleger uma imaginária universidade brasileira como objeto legítimo de reflexão e forma de se referir à totalidade [da educação] superior no país tem contribuído para desviar a atenção de um dos aspectos mais significativos do processo de sua expansão: o fenômeno do surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciadas. [...] Esse processo de diferenciação ocorre não apenas no sentido vertical da oferta de formação acadêmico-profissional, mas no plano horizontal, a partir de uma pluralidade de objetivos e conteúdos educacionais – competências e prerrogativas típicas das instituições –, permanecendo, entretanto, um processo de fluidez de comunicação entre os diferentes setores que o integram.

Como observamos na contextualização citada anteriormente, o autor faz uma crítica a classificação das instituições de Educação Superior, pois não deveria existir tamanhas diferenças conceituais, uma vez que todas têm como principal objetivo formar o cidadão a nível de graduação e qualificá-lo para o mercado de trabalho.

Também é imprescindível destacar o aumento no surgimento e ampliação de cursos de graduação que até alguns anos atrás não ouvíamos falar, como por exemplo, estética e cosmética, gestão de recursos humanos, sistemas para internet, entre outros.

Após a Reforma Universitária, entre os anos de 1985 e 1993 o quantitativo de vagas ofertada na Educação Superior manteve-se relativamente estável, em torno de 1.500.000, com diminuição da participação do setor privado.

Já com o Fundo de Investimento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, criado em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e ampliado no governo de Luiz Inácio da Silva – Lula, sendo este sucessor do Crédito Educativo, criado em 1976 durante o Regime Militar houve um *boom* das instituições privadas, ampliando assim o número de matrículas (CARDIM, 2015).

O FIES inicialmente foi operacionalizado pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, passando depois para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Todas as operações do processo seletivo, da adesão das instituições de ensino e inscrição dos estudantes à divulgação dos resultados e entrevistas, são realizadas online, trazendo assim comodidade e facilidade para os participantes, garantindo

confiabilidade em todo o processo, facilitando assim para os discentes e para as instituições que oferecem tal modalidade os seus alunos.

De acordo com Dantas e Sousa Junior (2015) a partir de 2004, no mandato de Presidência de Luiz Inácio da Silva – Lula, com a retomada do crescimento da economia brasileira, com a ampliação das políticas sociais de inclusão como o Fome Zero e o Bolsa Família, e os reajustes no salário mínimo, as condições financeiras e sociais da população também melhoraram, refletindo assim diretamente na área da educação, uma vez que a população de baixa renda passou a ter oportunidade de ingressar na Educação Superior.

Inicialmente o governo de Lula pretendia ampliar e fortalecer o ensino público permitindo mais acesso a Educação Superior da população menos favorecida por ter baixa renda, controlando assim o ensino privado.

Antes da formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a política de Educação Superior estava centrada em dois temas centrais: a avaliação, através da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; e a expansão da Educação Superior, que após o Decreto de 20 de outubro de 2003 que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de analisar a situação da Educação Superior brasileira para em seguida criar um plano de reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior.

Com isso, de acordo com Dantas; Sousa Junior (2015, p. 97), o GTI elaborou um plano de Reforma da Educação Superior, que inseriu os seguintes princípios complementares no Plano de Desenvolvimento da Educação:

I) expansão da oferta de vagas; II) garantia de qualidade; III) promoção de inclusão social pela educação; IV) ordenamento territorial, levando o ensino superior às regiões mais remotas e V) fortalecer o desenvolvimento econômico, seja como formador de recursos humanos altamente qualificados, seja na produção científico-tecnológica.

Com o intuito de cumprir com tais princípios e ampliar a Educação Superior para as classes menos favorecidas, foram implantados vários programas sociais, entre eles: o Programa Universidade para Todos – Prouni, o Programa Expandir, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

De acordo com Dantas; Sousa Junior (2015, p. 99)

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, sendo o primeiro programa de expansão de vagas na educação superior promovido pelo governo Lula através de uma política de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de graduação em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. O programa criou, inicialmente, 116.339 novas vagas para estudantes de baixa renda, com oferta de 112.275 bolsas integrais e parciais, além das 4.064 bolsas reservadas pelas instituições filantrópicas de ensino. No PROUNI, foram incorporadas políticas de ações afirmativas, através da oferta de 49.484 bolsas no sistema de cotas étnico-raciais.

O Ministério da Educação (2018b), ainda ressalta que as instituições de Educação Superior que são cadastradas no programa, recebem em contrapartida isenção de tributos, e desde sua criação até o segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, já foram beneficiados, sendo 70% com bolsa de estudo integral.

De acordo com pesquisas realizadas no portal do Ministério da Educação, no ano de 2005 foram beneficiadas pelo PROUNI instituições dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Na Paraíba, o Campus beneficiado foi o Cuité, que fica localizado no município de Cuité, pertencente a Universidade Federal de Campina Grande. Este no ano de 2005 recebeu o valor de 4.000.000,00, já no ano de 2007 recebeu a quantia de 4.339.001,39, totalizando assim em 8.339.001,39 (BRASIL, 2018a).

Após o sucesso com a criação do PROUNI, o governo do ex-presidente Lula implementou no ano de 2006 o Programa Expandir, que teve como finalidade expandir as universidades federais.

Segundo Dantas; Sousa Junior (2015, p. 99) “o programa previa investimentos da ordem de R\$ 592 milhões, até 2007, para a criação de dez novas universidades e 48 campi, beneficiando 68 municípios brasileiros, especialmente no interior do país”.

O terceiro programa de expansão da Educação Superior ainda no governo do ex-presidente Lula consistiu na implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, que teve como finalidade reduzir as desigualdades na oferta de Educação Superior implementando o ensino à distância. Porém, há polos de apoio para o desenvolvimento de

atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB tem como finalidade ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior, por meio da educação à distância, elegendo como prioridade a formação inicial de professores em exercício na Educação Básica pública, que ainda não tem graduação, além da formação continuada àqueles já graduados. Visa também fornecer cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da Educação Básica da rede pública (BRASIL, 2018c).

Uma outra proposta do Sistema UAB de grande relevância, é a formação de professores e outros profissionais da educação nas áreas da diversidade, como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual, e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino público e privado da Educação Básica no Brasil, utilizando-se metodologias educacionais de inserção (BRASIL, 2018c).

Por último, de acordo com Dantas; Sousa Junior (2015, p. 100) foi a criação do Reuni, sendo este

instituído pelo Decreto de nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O programa tem como objetivo a criação de condições de ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. A meta global do programa é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos. Com o REUNI, o Ministério da Educação prevê que, já a partir do ano de 2009, as universidades federais deverão oferecer mais de 227 mil vagas na graduação, o dobro em relação aos números de 2003, quando a oferta foi de apenas 113.938 vagas.

No entanto, vale salientar que o educando, em especial o mais carente, possui inúmeras dificuldades para manter-se na escola ou universidade, tais como: alimentação, transporte, vestuário e material didático para uso diário. Por essas razões, o oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno na instituição de ensino ou mesmo para assegurar a sua permanência.

As ações do REUNI contemplam o aumento no número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos no turno da noite, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Atualmente, segundo Humerez; Jankevicius (2017), o perfil da Educação Superior brasileira é de predominância privada, representando 87,4% das instituições de ensino superior. No entanto, a maioria dos candidatos se interessam em ingressar nas universidades públicas, porém apenas 12,6% dos ingressantes conseguem ser inseridos.

Fato este que pode ser atribuído ao quantitativo reduzido de instituições de Educação Superior públicas, com isso o número de vagas da rede privada é bem maior, e consequentemente o total de discentes também.

Apesar dos avanços na Educação Superior pública, este ainda encontra-se muito aquém do que esperamos do ensino público, apesar deste ser garantido legalmente a todos os cidadãos, pois os indivíduos passam a ter mais oportunidades de participar da vida em sociedade e buscar trabalhos mais qualificados.

De acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2013, percebe-se que entre 2003 e 2013 o quantitativo de alunos em instituições públicas teve um aumento de 64%, já no setor privado cresceu 95%. No entanto, apenas 23% dos graduandos concluíram nas instituições públicas, contrapondo 120% de estudantes concluintes na Educação Superior privada.

Com isso observamos que “apesar dos esforços governamentais em ampliar o setor público, seu crescimento tem sido bastante reduzido, e sua eficiência tem piorado progressivamente, em termos de percentagem de formados”, quando analisamos quantitativamente as políticas públicas que visam à melhora das instituições públicas (SCHWARTZMAN, 2014, p. 13).

Durante a realização do Censo da Educação Superior no Brasil, promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano de 2016, é possível constatar um aumento significativo de matrículas em instituições da Educação Superior, destacando assim a grande diferença entre a rede pública, seja ela da

esfera federal, estadual ou municipal, e a rede privada, como podemos visualizar no gráfico a seguir.

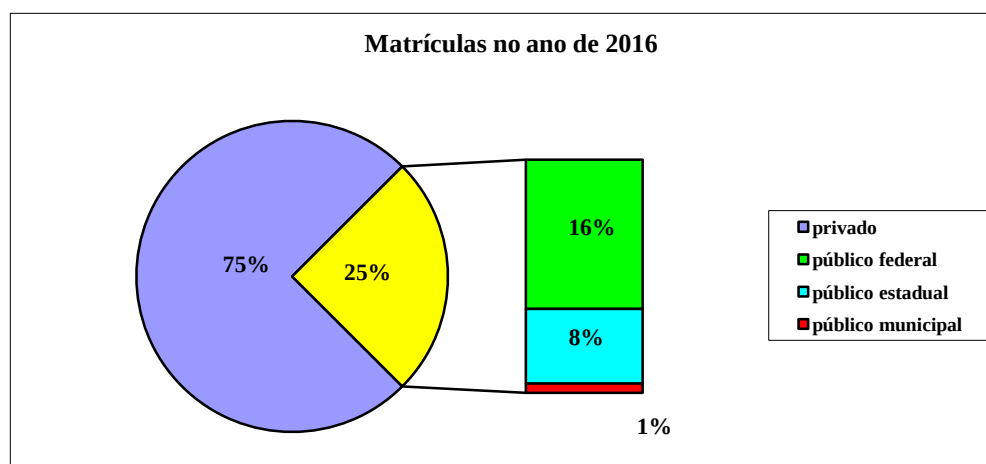


Gráfico 1: Percentual de matrículas nas instituições de Educação Superior no ano de 2016.
Fonte: INEP, 2017.

O gráfico 1 mostra que no ano de 2016, 6.058.623 (75%) dos alunos que cursavam algum curso de graduação estavam matriculados em instituições privadas, contrapondo apenas 1.990.078 (25%) estudando em instituições públicas, seja federal, estadual ou municipal. Fato este que pode ser atribuído tanto ao quantitativo de vagas disponíveis nas instituições privadas, quanto a popularização dos cursos de graduação.

Com a expansão das instituições privadas de Educação Superior a partir da criação de vários programas de incentivo, as classes sociais menos favorecidas financeiramente começaram a ingressar cada vez mais nos cursos de graduação, apesar destes em sua grande maioria já terem concluído o Ensino Médio há algum tempo e possuir mais de 24 anos, como prioriza o Plano Nacional de Educação – PNE.

Para Mancebo; Vale; Martins (2015) é totalmente visível os avanços ocorridos na Educação Superior nos últimos 20 anos em nível mundial. As reformas ocorridas remetem à necessidade de expansão do sistema, o que de fato vem ocorrendo, mesmo com intensidade variável entre os países.

Essa ampliação não remete apenas positividade, apesar de ampliar o acesso da população, pois beneficia diretamente os “empresários educacionais” que estão preocupados apenas com o perfil dos cursos e das carreiras criadas por suas instituições, estando estes sob

a influência de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais.

Outro dado bastante importante divulgado pelo INEP referente ao ano 2016, foi o total de alunos que concluíram algum curso de graduação, tanto em instituições privadas quanto em públicas, como podemos visualizar no gráfico 2.

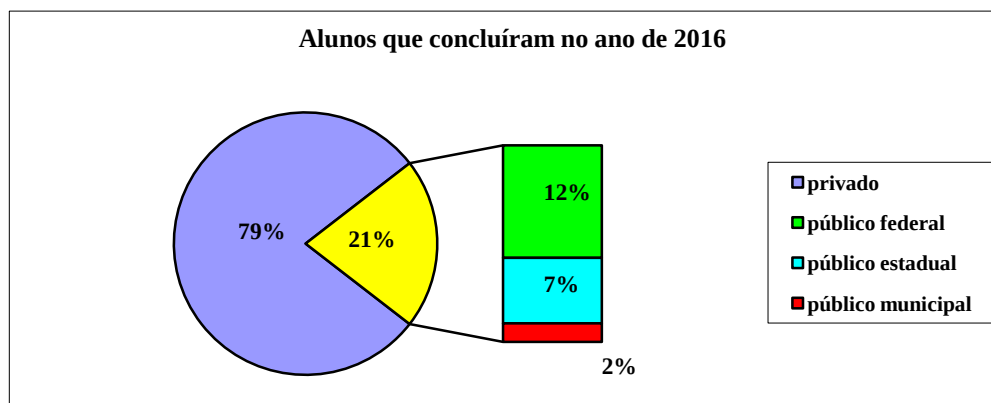


Gráfico 2: Percentual de alunos que concluíram a graduação em 2016.

Fonte: INEP, 2017.

O gráfico 2 nos permite visualizar que 79% (922.574) dos alunos concluíram seu curso de graduação em instituições privadas, enquanto que apenas 21% (246.875) terminaram em instituições públicas, fato este que está diretamente relacionado ao total de vagas disponibilizadas na rede privada e pública. Ao analisar o quantitativo dos discentes que concluíram na rede pública, percebemos que 12% eram pertencentes a instituições federais, 7% na rede estadual, e apenas 2% em instituições municipais.

A partir da criação dos programas sociais para a inclusão dos menos favorecidos na Educação Superior, podemos observar um *boom* das entidades privadas, o que reflete no quantitativo de alunos concluintes em tais locais, no entanto, é pertinente ressaltar que de nada adianta se estas instituições estiverem funcionando apenas com o objetivo de aumentar os dados quantitativos de concluintes de cursos de graduação, pois as mesmas devem assumir o compromisso com a proposta inclusiva e, de fato, pensar e repensar as suas ações neste âmbito, uma vez que seu alunado muitas vezes ainda concluem seus cursos com várias lacunas no conhecimento teórico-prático, o que dificultará a vida profissional.

Ao realizarmos uma comparação entre os dados relacionados ao quantitativo de instituições entre os anos de 2006 e 2016 de acordo com o Censo da Educação Superior no

Brasil divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano 2016, percebe-se uma expansão das unidades de Educação Superior em todo o Brasil, seja na esfera pública ou privada, no qual as instituições privadas tiveram um destaque maior, como podemos observar nos gráficos 3, 4 e 5.

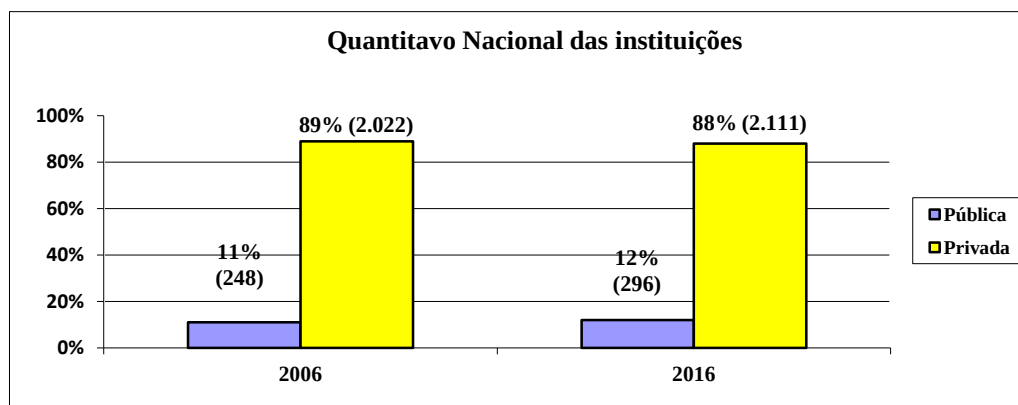


Gráfico 3: Quantitativo das instituições de Educação Superior a nível Nacional.
Fonte: INEP, 2017.

O gráfico 3 mostra que no ano de 2006 haviam 2.270 instituições de Educação Superior no Brasil, destas 11% (248) eram públicas e 89% (2.022) privadas.

No ano de 2016 estes dados passaram para 12% (296) de instituições públicas e 88% (2.111) privadas.

Analisando estatisticamente, observamos que tivemos um aumento de 6% (137) em um período de 10 anos, no quantitativo total de instituições de Educação Superior instaladas no Brasil; destas, 48 são referentes ao setor público e 89 ao setor privado.

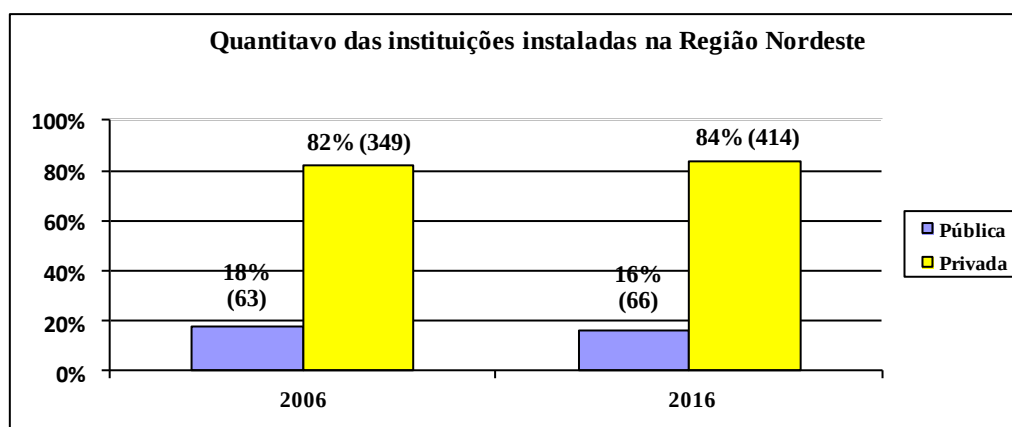


Gráfico 4: Quantitativo das instituições de Educação Superior na Região Nordeste.
Fonte: INEP, 2017.

O gráfico 4 mostra que no ano de 2006, haviam 63 (18%) instituições públicas de Educação Superior na Região Nordeste, enquanto que 349 (82%) eram privadas.

Já no ano de 2016 esses dados passaram para 66 (16%) instituições públicas e 414 (84%) privadas.

Estatisticamente, houve um aumento de 16% no total de instituições, o que é equivalente a 68, sendo destas 3 públicas e 65 privadas. No entanto, apesar de constataremos um aumento na quantidade de instituições, observamos que com relação ao percentual de representação geral da Educação Superior houve uma redução do setor público.

De acordo com o Ministério da Educação, o principal motivo para o avanço da Região Nordeste no setor da Educação Superior é o aumento no número de instituições, com enfoque na qualidade do ensino, uma vez que o governo está dando a devida atenção à formação dos seus alunos e à qualificação dos seus docentes, através do esforço dos gestores das universidades para fiscalizar a administração das instituições de ensino, otimizar os recursos e buscar soluções inovadoras e originais para problemas antigos, como por exemplo, melhor aproveitamento das vagas ociosas (BRASIL, 2015d).

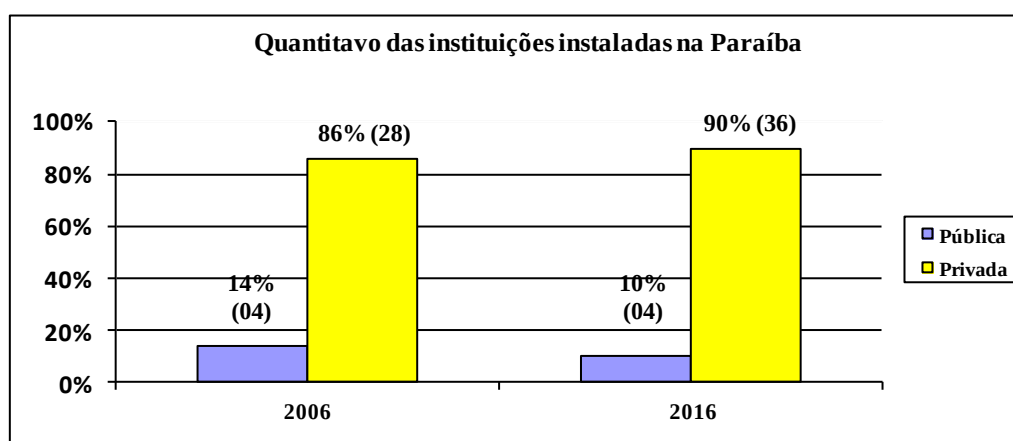


Gráfico 5: Quantitativo das instituições de Educação Superior no Estado da Paraíba.
Fonte: INEP, 2017.

De acordo com o gráfico 5, na Paraíba, o Censo da Educação Superior no Brasil divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano 2016 existiam 14% (04) instituições públicas de Educação Superior e 86% (28) referente a rede privada.

Já em 2016 a representação percentual de instituições públicas diminuiu para 10% enquanto que a privada aumentou para 90%, havendo assim um aumento total de 6% no percentual do setor privado.

No entanto, vale ressaltar que os valores relativos referentes a rede pública permaneceram com 04 instituições, e a privada passou de 28 para 36.

Diante do exposto, observa-se que apesar dos investimentos dos governos para a Educação Superior, o financiamento da educação no Brasil ainda está distante das demandas necessárias para que tenhamos um ensino de qualidade e acessível a todos, pois ainda falta muito para atingirmos um patamar que nos permita competir com países desenvolvidos nas áreas da produção de ciências e tecnologia.

2.1 Relação do Ensino Público *versus* Ensino Privado

O embate existente entre os defensores das escolas públicas e privadas é algo que acontece há décadas. Atualmente este tem sido mais expressivo em virtude de nosso momento político, no qual várias incógnitas permeiam a educação, apesar de muitos pesquisadores valorizarem o caráter público da escola.

Com o crescimento do governo capitalista, desde a última década do século passado vivenciamos um momento de redefinição da hegemonia do Estado com relação aos espaços privados. Com isso, a reconfiguração do Estado no que se refere aos direitos sociais estão cada vez mais controlados pelos detentores do capital, o que é crucial para a nossa sociedade, uma vez que direitos como a educação pública passam a ser repensados.

A educação pública deve ser ofertada a uma coletividade por órgãos pertencentes ao nosso Governo, pois é direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, devendo este ser fornecido a qualquer indivíduo, independente de sua classe social sem onerar despesas individuais. Já a educação privada é oferecida em instituições particulares, por empresas que visam taxas de lucros cada vez mais altas dentro do capitalismo. Esta atualmente vem ganhando forças sob a lógica de mercado financeiro.

Atualmente, um dos grandes entraves encontrados pelos defensores do ensino público gratuito é a destinação de recursos públicos para as escolas privadas com a alegação de que o papel do Estado precisa ser revisto, pois o setor privado é mais eficiente que o mesmo.

A partir da Constituição Federal de 1988 o ensino passou a ser de responsabilidade do Estado e dos pais, no entanto esta Carta também permitiu “brechas na legislação” para que o ensino pudesse ser privado, permitindo o financiamento de recursos públicos trazendo consigo algumas contradições como podemos observar na fala de Araújo; Marcelino (2017, p. 10), no qual estes relatam que

Uma análise da evolução da cobertura escolar em nosso país nesses 28 anos de vigência da Carta mostra um crescimento significativo das matrículas públicas, praticamente universalizado. Neste caso a presença privada ficou circunscrita ao chamado “direito de escolha” por uma escola privada. Porém, nas etapas e modalidades cuja presença da oferta pública teve evolução mais tímida, a fatia pertencente ao setor privado é mais significativa, vide o atendimento em creche (zero a três anos), ensino profissionalizante e ensino superior.

É notório em nosso país que cada vez mais o ensino público vem enfrentando dificuldades para manter-se e expandir-se, seja na Educação Básica ou na Educação Superior.

Fato este que observamos desde a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, pois em seu mandato preocupou-se bastante com a definição dos conteúdos a serem ministrados nas escolas e com os mecanismos de controle do ensino público, abrindo margem para que o ensino privado pudesse se expandir (ARAÚJO; MARCELINO, 2017).

Schwartzman (1984) diz que as instituições públicas devem focar a equidade, pois a educação é o ponto de partida para o estabelecimento de uma ordem social equitativa, permitindo assim aos cidadãos as mesmas oportunidades, visto que todos têm direito a um mesmo tipo de educação, independente dos recursos privados e das orientações de grupos ideológicos ou confessionais, devendo a mesma ser pública, universal e gratuita.

Ainda segundo o autor supracitado, para os defensores do ensino privado, os princípios da equidade não necessitam ser resguardados, pois o mundo dos homens é naturalmente desigual e o lugar de cada um depende de seus esforços pessoais.

Com isso, os reformadores empresariais passaram a disputar a agenda da educação, uma vez que responsabilizam as escolas pela falta de equidade no acesso ao conhecimento, mesmo este sendo o básico.

De acordo com Monlevade; Silva (2000, p. 07) “a educação dever ser uma construção

coletiva, uma troca de saberes, de valores e de afetos”, sendo a mesma ofertada seja pelas escolas públicas ou privadas, de maneira democrática.

Independente da educação ser ofertada por instituições públicas ou privadas, as escolas devem ser um ambiente onde os alunos se sintam instigados a frequentarem, não apenas para a obtenção de conhecimentos científicos, e sim interação com o meio social, a partir da troca de conhecimentos.

Freitas (2014) em seu estudo sobre a disputa pelo controle da educação diz que os empresários estão cada vez mais dominando as metodologias de ensino através das avaliações formais e informais, sendo estas relacionadas com a organização do trabalho pedagógico, que depende de dois eixos: objetivo/avaliação e conteúdos/métodos. Atualmente, incentiva-se a melhoria das escolas pela via do fortalecimento da gestão e introdução das tecnologias, acrescidas das teorias de responsabilização e avaliação externa.

Diante do avanço das tecnologias, os gestores educacionais têm investido cada vez mais nesta, com o intuito de auxiliar na metodologia utilizada em suas instituições, visando o bom desempenho de seu alunado durante a realização das avaliações externas.

O mercado da educação, ou seja, os reformadores empresariais, estão preocupados com as médias dos alunos nas avaliações externas e não com o processo de organização das escolas, que visa as novas formas para as demais categorias: objetivos, conteúdos e métodos.

Saviani (1983) defende que a melhoria da escola depende de uma boa gestão e introdução da tecnologia, no entanto, o Estado por não está investindo no ensino como deveria, cada vez mais vem perdendo o controle para a iniciativa privada.

Os empresários da educação fazem de tudo para que as escolas públicas permaneçam em decadência, pois assim estes podem inflacionar seu mercado. Segundo Monlevade; Silva (2000), os “donos da educação” possuem sempre os mesmos argumentos para atraírem sua clientela, uma vez que é unânime as frases ditas por eles, como: a escola particular é melhor, não existe vaga nas instituições públicas, e a educação é o melhor investimento que um pai/uma mãe pode fazer por um filho.

Ainda de acordo com Monlevade; Silva (2000, p. 60-61) os proprietários das escolas privadas acabam induzindo o pai / a mãe / um responsável pelo aluno a matriculá-lo em

instituição privada com o seguinte discurso:

A escola privada é melhor porque não tem greve. É melhor porque os professores não faltam. É melhor porque é mais exigente. É melhor porque os alunos não saem mais cedo. (E têm férias mais compridas...). É melhor porque a clientela é selecionada, seus filhos conviverão com iguais. É melhor porque tem parquinho, tem computador, tem laboratório, tem ar condicionado. É melhor porque tem mais segurança. O governo não oferece creche. As vagas na pré-escola pública são poucas e você tem que enfrentar filas quilométricas. As vagas nos cursos médios estaduais são mais à noite. A Universidade pública é até boa, mas tem poucas vagas: seu filho vai se estressar de tanto ser reprovado nos vestibulares. A escola particular tem regime de tempo integral: o tempo de seu filho estará todo ocupado e você ficará livre. Olha, nossa escola tem até vaga gratuita no estacionamento no horário de buscar sua filha... Você paga um pouco hoje e colhe os frutos amanhã. Nossos alunos são as melhores cabeças. A maior parte dos alunos das universidades públicas provêm das escolas privadas. Matricule em nosso curso médio e evite a dor de cabeça dos cursinhos. O maior investimento é matricular seu filho numa escola de classe, passaporte para o sucesso. Nossos alunos são os primeiros nos vestibulares. Os filhos dos professores públicos e dos deputados da esquerda frequentam as escolas particulares (p. 60-61).

Contradizendo o discurso dos empresários da educação citado por Monlevade; Silva (2000), uma pesquisa realizada pela Revista Veja, segundo Delanhese (2001) demonstrou que apesar do Ensino Básico ser ministrado de forma diferenciada em virtude dos recursos utilizados em escolas públicas e privadas, o nível de conhecimento dos alunos de ambas instituições são semelhantes, fato este que pode ser atribuído pelas fragilidades dos professores durante sua formação acadêmica e que é refletido em sua vida profissional.

Barba (2016) ainda relata que segundo o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, que avalia a aprendizagem de alunos de 15 anos em 70 países e territórios, detectou-se que estudantes de escolas privadas se saíram apenas um pouco melhor que o alunado da rede pública. E esta diferença de qualidade no Brasil ainda é menor do que em outros países que também se submeteram ao PISA.

O resultado do PISA em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, mostrou que o desempenho em ciências de uma instituição privada é em média, 38 pontos superior ao de um aluno de escola pública, enquanto que no Brasil, esta diferença ainda é menor, correspondendo a 27 pontos.

Fator este que pode ser atribuído não a melhora do ensino público, e sim a formação deficiente dos professores, que atuam tanto na escola pública como na rede privada, como

também a estrutura curricular engessada, que não dá autonomia ao professor em sala de aula.

Para Gomes; Silva e Arruda (2017) os resultados do PISA, devem ser analisados com cautela, uma vez que os países possuem diferentes realidades, e não podemos falar sobre fatores eficazes para a melhoria na educação considerando apenas três disciplinas, fato este que é insuficiente para caracterizar a qualidade da educação nos países participantes da avaliação, no entanto, o exame pode ser positivo ao permitir uma mensuração do país com relação a sua própria evolução.

De acordo com Schwartzman (2014, p. 41)

...em 2012, 6.195 mil cursos foram avaliados nas áreas das profissões sociais (incluindo administração, direito, ciências econômicas, e outras) e uma série de cursos de tecnologia, vários deles à distância, oferecidos sobretudo pelo setor privado. No total, por definição, metade dos cursos ficam abaixo ou acima da média em cada área de conhecimento. No agregado, 32% dos cursos do setor privado obtiveram menos de 3 pontos (a média) enquanto que no setor público esta proporção foi de 18%. Se o setor privado tem proporcionalmente mais cursos com avaliação baixa, no outro extremo, de avaliação mais alta, existem 191 cursos privados e 148 públicos, mostrando grande heterogeneidade dos dois setores.

A avaliação das médias de desempenho dos estudantes passou a ser referência do que consideramos hoje uma boa educação, sendo este método denominado de avaliações externas.

Freitas (2014) diz que o “direito de aprender” é uma contradição no mercado da educação, uma vez que para os empresários só é necessário para o trabalhador o Ensino Básico; no entanto, com a complexificação das redes produtivas o próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada, derrubando as taxas de acumulação de riqueza, pois milhões de jovens passaram a ter o mínimo de instrução.

O que motiva esta nova investida dos empresários é resolver a contradição entre a necessidade de padronizar e liberar um pouco mais de acesso ao conhecimento sem com isso perder o controle político e os princípios da escola, privatizando as operações escolares, uma vez que o setor público não garante a qualidade do ensino ofertado em virtude da diferenciação em suas ações ideológicas e acadêmicas.

Com isso, os empresários controlam os profissionais da educação para a partir de então manipular a metodologia das escolas, enfocando sempre no desempenho dos alunos nas avaliações externas.

Porém, diante de tal mudança no perfil da educação, a escola passou a ser um terreno de disputas ideológicas, que atualmente cedeu aos controladores e perdeu sua autonomia na elaboração do processo pedagógico.

Esse novo método de avaliações externas exige que as escolas apenas definam seus objetivos, quantifique as metas, compartilhe-as com os colaboradores, crie instrumentos para acompanhar o funcionamento, e elabore mecanismos para punir e corrigir os erros, tudo isso em virtude das avaliações externas. No entanto, para os professores, a qualidade do ensino e aprendizagem devem ir muito além das avaliações, pois o progresso deve ser feito de forma contínua e sem quantificar.

Em consequência deste quadro, Freitas (2014) alega que as avaliações tornam o ambiente escolar um local aversivo, no qual os alunos têm receio de notas baixas, e os professores são avaliados e recompensados pelas notas de seus alunos.

Com isso, as instituições de ensino privadas, fazem com que as escolas tenham controle vertical, fazendo com que os professores atuem apenas como “fantoques”, ou seja, manipulados para ensinarem prioritariamente ou apenas os conteúdos que serão cobrados nas avaliações externas, uma vez que a educação depende do mercado de trabalho.

Para Sousa (2013, p. XIX) o sistema brasileiro de educação é um campo de produção de um jogo de poder e de saber com caráter simbólico além de ser um ambiente tido como um “campo de forças sustentadas por relações de conflitos e cooperação, de antagonismo e cumplicidade, e de interesse mais geral, que se objetiva no processo de gênese, expansão e consolidação da rede de instituições públicas e privadas que o compõem”.

Diante do exposto, percebe-se que apesar da educação ser um direito de todo cidadão, este ainda é bastante sucateado em consequência da dualidade existente entre os empresários educacionais e o Estado, prejudicando assim o alunado menos favorecido socialmente.

Outro fator bastante relevante no sucateamento da educação pública, advém dos próprios funcionários da área e não dos empresários, pois o professor precisa ter em mente o

quanto é grande sua responsabilidade diante da troca de informações com os alunos, preparando-os para que possam ser seres pensantes e desenvolvam um senso crítico diante das dificuldades encontradas pela sociedade.

3 VIVÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA QUE PODEM REFLETIR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa em observância aos objetivos propostos em dois momentos distintos. O primeiro, contemplando os dados referentes à caracterização sócio-econômica da pesquisa, e o segundo versando sobre os dados relacionados aos fatores que podem refletir na Educação Superior privada.

A pesquisa foi realizada no Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, com discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem. A amostra da pesquisa foi composta por alunos do primeiro e décimo período, tanto do turno da manhã quanto da noite.

Vale salientar que o Curso de Bacharelado em Enfermagem da referida instituição possui um total de 4.040h/a dividido em 10 períodos, o que é equivalente a cinco anos.

Segundo Santos et al (2002), a Enfermagem é uma profissão da área da saúde reconhecida desde a segunda metade do século XIX, quando Florence Nightingale acrescentou atributos a um campo de atividades de cuidado à saúde, desenvolvida milenarmente, por indivíduos ou grupos com diferentes qualificações e em diferentes cenários. Com Florence, o cuidado ganhou especificidade no conjunto da divisão do trabalho social, sendo reconhecido como um campo de atividades especializadas e necessárias para a sociedade e que, para o seu exercício, requer uma formação especial e a produção de conhecimentos que fundamentam o agir profissional.

Pela Constituição da República Federativa do Brasil, o Art. 5, inciso XIII, o enfermeiro é um profissional autônomo, que está legalmente habilitado por lei para exercer suas atividades trabalhistas, uma vez que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Com o intuito de cumprir o que determina a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a saúde, a Lei nº 7.498/86 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, determinando em seu Artigo 1º, parágrafo único que a enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação (COFEN, 2018).

3.1 Caracterização sócio-econômica da pesquisa

No semestre acadêmico 2018.1 a instituição possuía em média 500 alunos matriculados no referido curso. No primeiro período no turno da manhã tínhamos 32 discentes e no turno da noite um total de 46 discentes. No décimo período, ou seja, o último, no turno da manhã havia apenas oito alunos concluintes, enquanto que a noite tinha 19 alunos concluintes. No entanto vale salientar, que como a coleta foi realizada apenas com os alunos que cursaram todos os anos da Educação Básica em escolas públicas, no primeiro período tivemos 13 discentes pela manhã e 16 discentes à noite. Já com relação ao décimo período, cinco discentes pertenciam ao turno da manhã e 16 ao turno da noite.

A seguir, apresentamos a análise e discussão dos dados coletados referente a caracterização sócio-econômica da pesquisa.

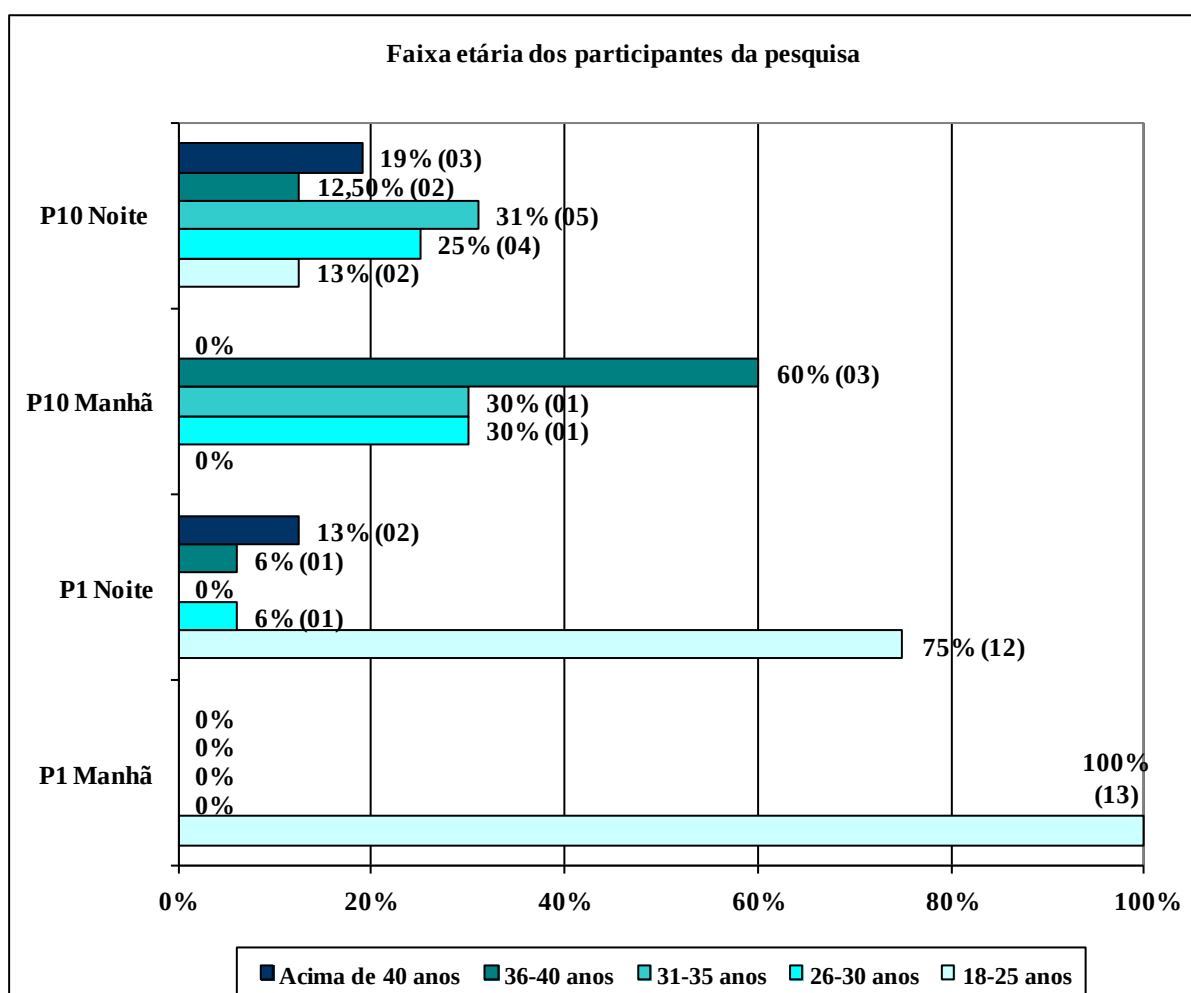


Gráfico 6: Faixa etária dos alunos matriculados no primeiro e no décimo período.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico 6, nos permite visualizar que com relação aos alunos do primeiro período do turno da manhã, 100% (13) têm idade entre 18 e 25 anos. Enquanto que no turno da noite, 75% (12) têm entre 18 e 25 anos, 6% (01) entre 26 e 30 anos, 6% (01) entre 36 e 40 anos, e 13% (02) possui idade acima de 40 anos.

Com relação a faixa etária dos alunos do décimo período do turno da manhã, 30% (01) possui entre 26 e 30 anos, 30% (01) entre 31 e 35 anos, enquanto que 60% (03) do alunado predominante encontra-se com idades entre 36 e 40 anos. Já sobre os alunos do turno da noite, 13% (02) têm entre 18 e 25 anos, 25% (04) estão na faixa correspondida entre 26 e 30 anos, 31% (05) possuem entre 31 e 35, sendo estes os predominantes, 12,5% (02) entre 36 e 40 anos, e 19% (03) têm idade acima de 40 anos.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD realizada em 2015, o grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade correspondia a 27,3% da população no ano de 2004, passando para 24,1%, em 2014. Segundo a Projeção da População por Sexo e Idade, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, esta tendência se dá em virtude da diminuição nas taxas de fecundidade, e com isso projeta-se que em 2030, tal faixa etária chegue a 21%, e em 2060 diminua para 15,3% (BRASIL, 2015d).

Segundo Czelusniak (2013, p. 01), “a maioria dos alunos que cursam graduação tem idade superior a 25 anos”, ou seja, uma realidade nacional sobre a inserção na Educação Superior no Brasil, pois muitas vezes é um sonho realizado tardiamente por diversos motivos, como por exemplo, ter que trabalhar e a chegada de um filho.

Fato este que também pode interferir de maneira negativa no desempenho deste aluno, pois a responsabilidade pessoal e social assumida e a carga horária exaustiva, dificulta no seu processo de ensino-aprendizagem.

Conforme o Censo do Ensino Superior realizado em 2013, o número de pessoas com mais de 30 anos matriculadas em cursos de graduação cresceu 25% entre 2009 e 2012, um aumento maior que o verificado na faixa etária até 29 anos, que subiu apenas 16% neste mesmo período, com isso estudantes com a faixa etária mais elevada, “representam hoje quase um terço dos 7 milhões de universitários matriculados em 2,5 mil instituições de ensino superior no país”.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE no ano de 2014, a proporção de estudantes na faixa etária entre 18 e 24 anos na universidade passou de 32,9% em 2004 para 55% em 2013. Com isso, a proporção de pessoas da faixa etária entre 25 e 34 anos com graduação praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2% (BRASIL, 2014).

No ano de 2004, do total de estudantes na faixa etária correspondida entre 18 e 24 anos, 32,9% estavam matriculados na Educação Superior. No ano de 2014, aumentou para 58,5%, o que representou um crescimento de mais de 25,6 pontos percentuais, no entanto, vale ressaltar que os dados da pesquisa realizada pelo IBGE foram calculados com base no número de estudantes, e não no total de jovens, evitando assim que fossem incluídos os que não estudavam (BRASIL, 2018d).

Ainda de acordo com pesquisas divulgadas pelo IBGE, o aumento no percentual de estudantes matriculados na Educação Superior no período entre 2004 e 2014 foi registrado em todas as regiões brasileiras. Na região Sul teve um acréscimo de 50,5% para 72,2%, enquanto no Norte subiu de 17,6% para 40,2%. Já na região do Nordeste, houve o maior crescimento registrado, no qual tivemos um crescimento, de 29,1 pontos percentuais, uma vez que passou de 16,4% para 45,5% (BRASIL, 2018d).

Outra informação bastante importante divulgada pelo IBGE diz que em 2004, 16,7% dos estudantes da Educação Superior com idades entre 18 e 24 anos eram pretos e pardos, e em 2014 esse número cresceu para 45,5%. Entre a população branca, essa proporção passou de 47,2%, em 2004 para 71,4%, em 2014. Com isso, o percentual de pretos e pardos na Educação Superior em 2014 ainda era menor do que a quantidade de brancos, apesar da democratização vivenciada por estudantes da Educação Superior na conjuntura atual das Políticas Educacionais (BRASIL, 2018d).

Outro indicador divulgado pelo IBGE que está relacionado à evolução do atraso escolar é a proporção dos estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentavam a Educação Superior. Em 2014, entre os estudantes dessa faixa etária, 58,5% estudavam em algum curso de graduação ou pós-graduação, enquanto que em 2004 tínhamos apenas 32,9% desses estudantes no nível de ensino recomendado para a sua faixa etária.

Porém, a adequação da idade em relação ao curso frequentado ainda é bastante desigual dependendo da região de moradia do estudante, uma vez que os discentes das

Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estavam acima da média nacional, e apenas 40,2% da Região Norte e 45,5% da Região Nordeste cursavam algum curso de graduação ou pós-graduação em 2014, como podemos observar na figura 1 (BRASIL, 2015d). Vale resaltar que no ano de 2010, não houve pesquisa.

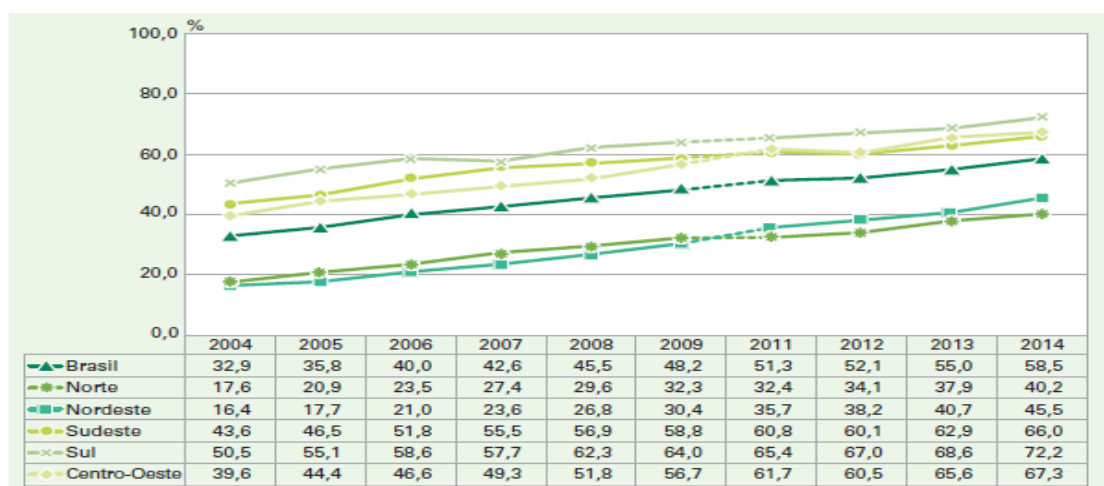


Figura 1: Estudantes entre 18 e 24 anos de idade no período entre 2004 e 2014 que frequentavam a Educação Superior agrupados por Regiões.
Fonte: Brasil, 2015d.

A partir da figura acima, podemos observar a disparidade regional no quantitativo de alunos matriculados na Educação Superior quando comparamos as Regiões Norte e Nordeste com as demais, pois apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, ainda precisa evoluir bastante na área da educação.

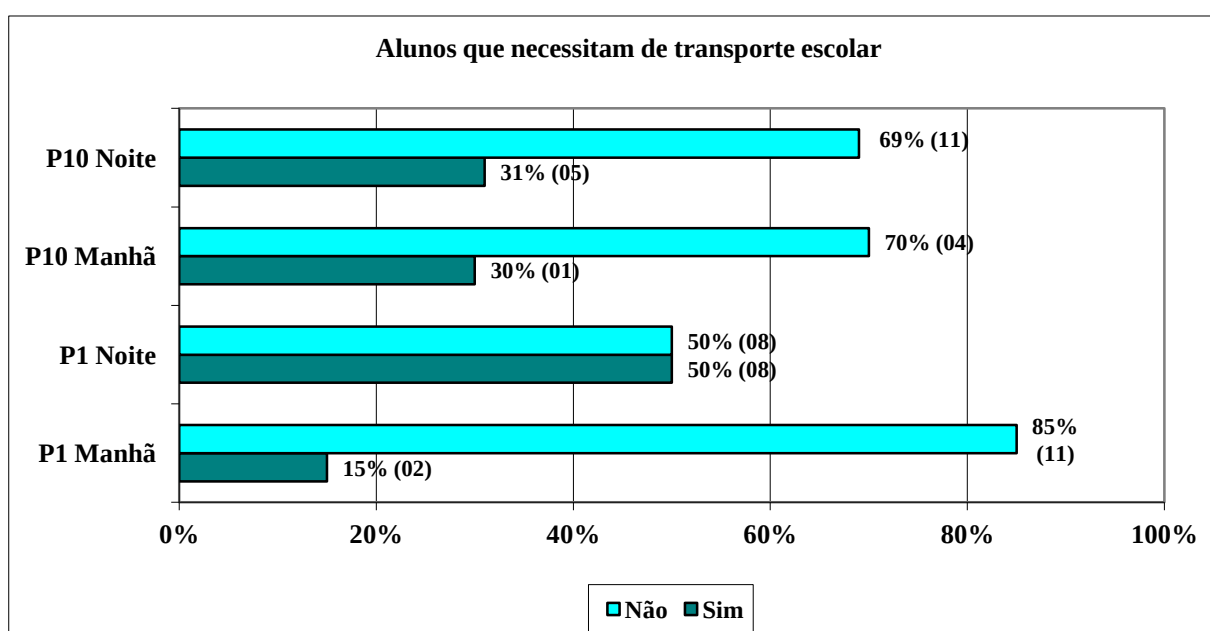


Gráfico 7: Alunos que necessitam de transporte escolar cedido por seus municípios de residência.
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

De acordo com o gráfico 7 podemos observar que 15% (02) dos alunos do primeiro período do turno da manhã necessitam de transporte escolar cedido por seu município de residência para que estes possam se deslocarem até a instituição de Educação Superior, enquanto que 85% (11) não necessitam. Com relação ao turno da noite a porcentagem é igual para os que precisam e os que não precisam, ou seja, 50% (08).

Com relação aos municípios de residência dos alunos do turno da manhã, predomina João Pessoa com 64% (07). As demais cidades citadas foram: Cabedelo, Araçagi, Guarabira e Santa Rita. Destes, apenas os alunos residentes em Araçagi e Guarabira fazem uso do transporte cedido por seus municípios.

Já os alunos do turno da noite, apenas 31% (05) residem em João Pessoa, enquanto que 69% (11) moram nos municípios de Mamanguape, Santa Rita, Mataraca, Sapé, Guarabira, Pedras de Fogo, Itambé e Alhandra, no entanto vale salientar que os três alunos do município de Mamanguape apesar de necessitarem de transporte para se deslocarem até a instituição de ensino, preferem ir juntos em carro particular, com o intuito de não se atrasarem para as aulas.

Ainda segundo o gráfico 7, observamos que 30% (01) dos alunos do décimo período que estudam pela manhã necessitam de transporte escolar, contrapondo 70% (04) que não necessitam. Com relação aos discentes do turno da noite, 31% (05) fazem uso do transporte escolar, enquanto que 69% (11) não utilizam deste meio para se deslocarem até a instituição de Educação Superior.

Com relação aos municípios de residência dos alunos décimo período do turno da manhã, predomina João Pessoa, sendo responsável por 60% (03) do local de moradia. Entre as cidades citadas pelos que não residem em João Pessoa tivemos Conde e Sobrado, destes, apenas 30% (01) faz uso de transporte cedido por seu município.

Sobre os alunos do turno da noite, 50% (08) destes responderam que residem em João Pessoa, os outros 50% (08) citaram Pedra de Fogo, Alhandra, Mamanguape, Rio Tinto, Itambé e Goiana, sendo os dois últimos municípios do Estado de Pernambuco. Entre os alunos que não moram em João Pessoa, 31% (05) se locomovem até a instituição por meio de transporte escolar cedido pelo seu município de residência. Vale salientar que os alunos residentes no Estado de Pernambuco, apesar de necessitarem do transporte, seus municípios

não disponibilizam ônibus para Estados vizinhos, com isso fazem uso de transportes alternativos, como van escolar.

Como podemos observar, a instituição apesar de ser localizada na BR 230, no município de Cabedelo, recebe alunos de diversas cidades. Um percentual bastante elevado dos alunos que não moram no município de Cabedelo ou João Pessoa fazem uso do transporte escolar disponibilizado pelos seus municípios de origem.

Outro aspecto também abordado pelos participantes da pesquisa do turno da noite, foi o fato de que é impossível chegar antes do início das aulas, as 18:00h, pois além do fluxo intenso nas estradas, os ônibus normalmente só saem dos municípios de origem após as 17:00h, e com relação ao horário de retorno, muitas vezes também são prejudicados, uma vez que o transporte faz uma rota que abrange várias instituições, e com isso eles necessitam sair entre 21:00h e 21:15h da sala de aula, mesmo sem o professor ter concluído o conteúdo do dia.

Os alunos que necessitam do transporte escolar também sentem-se prejudicados pelo fato de que a disponibilidade do ônibus está vinculado ao calendário escolar municipal e não das instituições de Educação Superior, e com isso, as vezes faltam aula esperando a liberação do transporte, ou quando há feriados em seus municípios de origem.

Diante de tamanhas dificuldades enfrentadas pelos discentes, a instituição de Educação Superior, onde houve a coleta de dados, tenta sempre se adequar as necessidades de seus alunos, como por exemplo, iniciar seu calendário acadêmico semelhante as datas da maioria dos municípios, e com relação ao horário das aulas, os professores flexibilizam o horário para os alunos que não moram na cidade de Cabedelo ou João Pessoa.

Um dos princípios da Constituição Federal Brasileira de 1988 versa sobre o direito que todo cidadão tem a educação, para tanto devemos destacar alguns aspectos que devem ser levados em consideração para o desenvolvimento do ensino e da promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola.

No entanto, apesar de vários avanços, a nossa conjuntura social e/ou política é permeado pela desigualdade e pela falta de oportunidades ao exercício de muitos dos direitos fundamentais do cidadão, com isso, não podemos dizer que apenas pela disponibilização do

ensino público e gratuito, este fato é suficiente para assegurar o acesso e a permanência da criança e do jovem na escola e universidade.

Diante do exposto, a Deputada Federal do Rio de Janeiro Solange Almeida, em defesa do transporte universitário gratuito, criou o Projeto de Lei nº 6.010, de 2009 com o intuito de auxiliar os estudantes durante o seu deslocamento, justificando que

...em face da necessidade de um ensino continuado após a conclusão dos ensinos fundamental e médio para a inclusão do profissional no mercado de trabalho, e da grande quantidade de alunos que passara a ter acesso ao ensino superior, em razão da criação de milhares de novos cursos superiores e profissionalizantes em todo o país e considerando a obrigação estabelecida pela Constituição Federal de que o Município deve fornecer o transporte escolar gratuito aos estudantes desde a creche até o ensino médio, por analogia devemos estender este conceito aos estudantes universitários e aos estudantes de cursos profissionalizantes, de modo a garantir a continuidade dos estudos para uma melhor colocação no concorrido mercado de trabalho (ALMEIDA, 2009, p. 2-3).

A partir de então, observamos a importância da ampliação da escolarização dos jovens e adultos, e, para isso, a necessidade de assegurar políticas de democratização do acesso à universidade e de assistência ao estudante universitário para a permanência e a conclusão dos cursos de graduação, pois apesar da existência de programas sociais que facilitem a inserção do alunado de classes sociais menos favorecidas na Educação Superior, o custo adicional com transporte acaba por muitas vezes inviabilizando a permanência do estudante no curso.

Na Paraíba, o movimento em defesa do transporte escolar gratuito para estudantes universitários, foi liderado pelo Deputado Federal Efraim Filho. O uso do ônibus escolar por estudantes de nível superior que moram em pequenos e longínquos municípios, em especial, no período noturno, quando os ônibus escolares não estão sendo utilizados, diminui as dificuldades de acesso e amplia o quantitativo de chances deste aluno concluir sua graduação.

Apesar de tal conquista, não podemos deixar de enfatizar que como a maioria dos municípios só disponibilizam o transporte escolar para alunos universitário no turno da noite, estes ficam impossibilitados de estudarem durante o dia, pois não têm como se locomoverem até as instituições.

No ano de 2013, com a aprovação da Lei nº 12.816 de 5 de junho, pela Presidente

Dilma Rousseff, o transporte universitário passou a ser gratuito, uma vez que em seu art. 5º, a União, através do Ministério da Educação, começou a apoiar os sistemas públicos de Educação Básica com a aquisição de veículos para transporte de estudantes, ressaltando que os mesmos também poderiam ser utilizados na área rural, e no transporte de estudantes da zona urbana e da Educação Superior.

No entanto, vale ressaltar que o município deve criar uma lei que ampare o gasto desse serviço, com isso os gestores necessitam realizar planejamento orçamentário, envolvendo a Lei Orgânica Municipal.

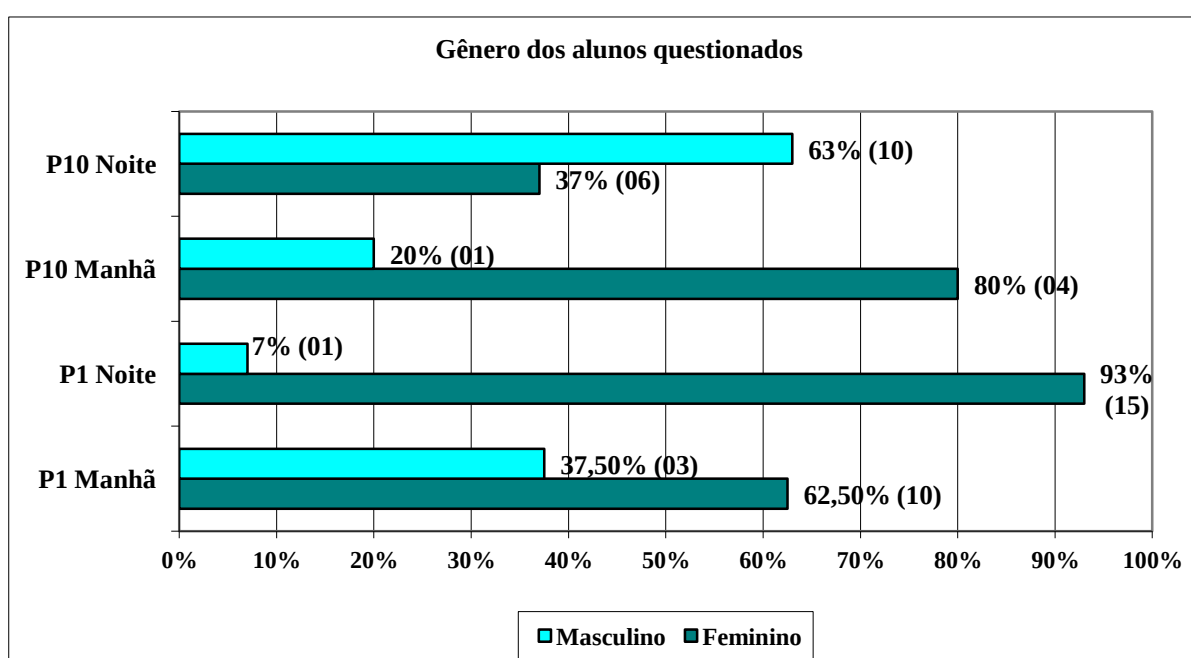


Gráfico 8: Gênero dos alunos que foram questionados.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico acima nos mostra que com relação ao gênero dos participantes da pesquisa matriculados no primeiro período no turno da manhã 62,5% (10) são feminino e 37,5% (03) masculino, enquanto que os do turno da noite 93% (15) são feminino e apenas 7% (01) masculino.

Com relação aos alunos matriculados no décimo período, 80% (04) dos discentes do turno da manhã são do gênero feminino, e apenas 20% (01) masculino. Enquanto que no turno da noite o gênero predominante é o masculino, sendo responsável por 63% (10) dos questionados, contrapondo os 37% (06) do gênero feminino.

De acordo com Tancredi (2011), o Censo da Educação Superior realizado no ano de 2009 mostrou que o gênero feminino é predominante entre os estudantes universitários, sendo representado por 55,1% do total de matrículas nos cursos de graduação presenciais e 58,8% do total de concluintes. Já na modalidade de educação à distância, esses dados ainda são maiores, representado por 69,2% das matrículas e 76,2% dos concluintes.

Uma outra questão relevante com relação ao gênero feminino ser predominante está relacionado as mudanças na cultura feminina, no qual atualmente as mulheres também estão se capacitando cada vez mais para que possam ter uma renda financeira melhor e auxiliar nas despesas domésticas.

No curso de enfermagem esse percentual, ainda é bem maior, pelo fato de que existe bastante preconceito relacionado à história da enfermagem, na qual era uma profissão de prática exclusivamente do sexo feminino. No entanto, nos dias atuais, já existem vários homens enfermeiros, porém a maioria prefere exercer suas atividades profissionais no setor de urgência e emergência dos grandes hospitais (SILVA, 2009). A preponderância da força do trabalho feminino nas atividades que envolvem o trato e o cuidado com as pessoas é considerada como um traço estrutural das atividades do setor de saúde, em especial na área da saúde da mulher, principalmente na obstetrícia, visto que a mulher involuntariamente age pela emoção, tornando com isso o atendimento mais humanizado.

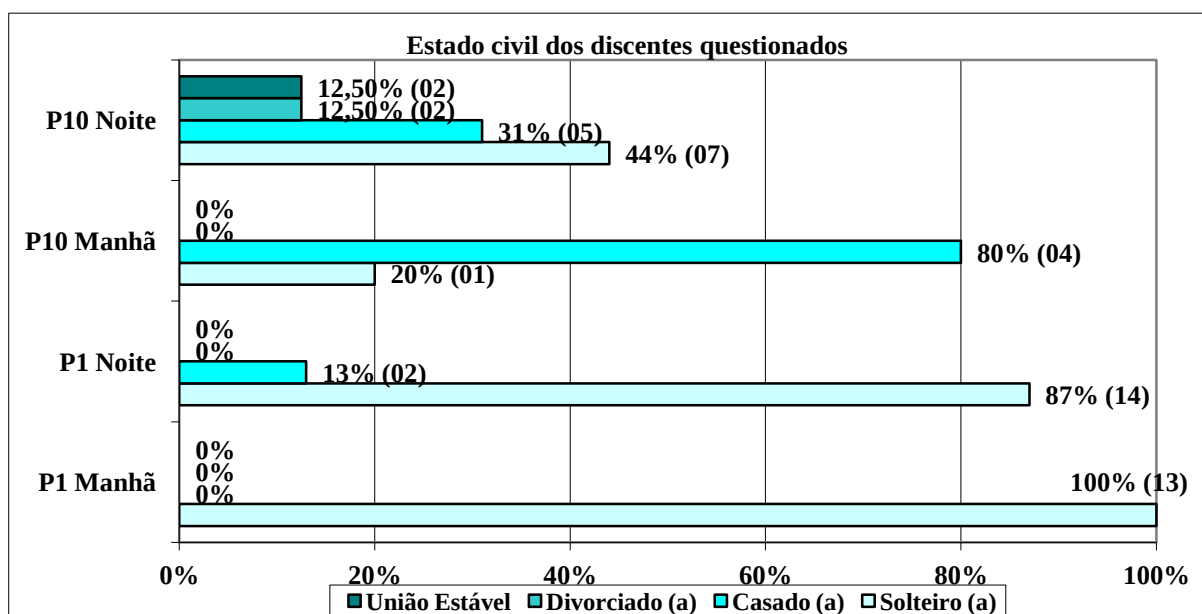


Gráfico 9: Estado civil dos participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Ao visualizarmos o gráfico 9 percebemos que 100% (13) dos alunos que estudam no primeiro período pela manhã são solteiros (as), enquanto que no turno da noite 87% (14) são solteiros (as) e 13% (02) são casados (as).

Ao analisarmos o estado civil dos alunos do décimo período, observa-se que no turno da manhã 20% (01) são solteiros (as), enquanto que 80% (04) são casados (as). Já entre os alunos que estudam no turno da noite, 44% (07) são solteiros (as), 31% (05) casados (as), 12,5% (01) divorciado (a), e 12,5% (01) possui união estável.

De acordo com um estudo realizado pelo INEP, e divulgado pelo Portal O Globo (2017, p. 01), os alunos que concluem a Educação Superior no Brasil são, “em sua maioria, solteiros (68,9%), brancos (59,9%), moram com os pais (56,6%) e dedicam apenas de uma a três horas por semana aos estudos (49%)”. Já segundo os Indicadores de Qualidade da Educação Superior do ano de 2015, no qual houve a aplicação de 447.056 questionários com participantes da edição daquele ano do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, um em cada quatro estudante universitário é casado, e 3,4% são separados judicialmente e divorciados. Embora a maioria dos discentes morem com os pais, 31,1% convivem com cônjuge e/ou com filhos, e apenas 7% moram sozinho (O GLOBO, 2017).

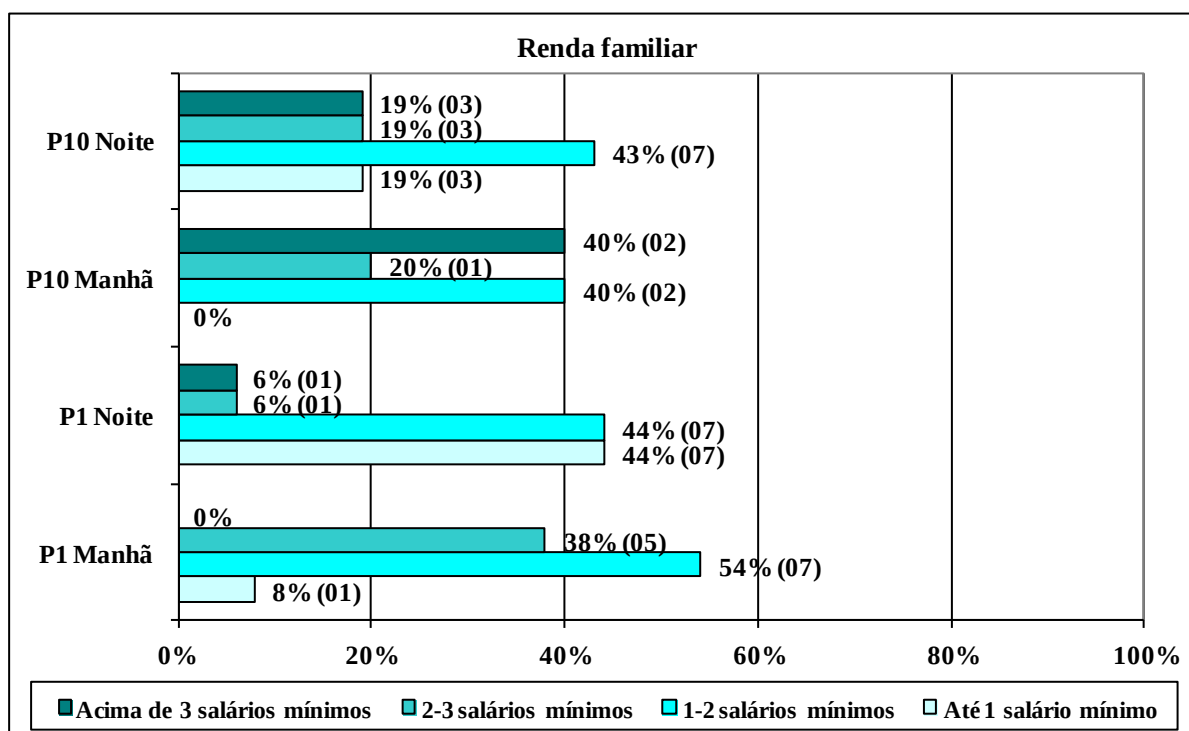


Gráfico 10: Renda familiar dos participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico 10, demonstra que com relação aos alunos do primeiro período do turno da manhã, 8% (01) têm renda familiar de até um salário mínimo, 54% (07) entre um e dois salários mínimos, e 38% (05) entre dois e três salários mínimos.

Com relação aos discentes do primeiro período do turno da noite, 44% (07) recebem até um salário mínimo, 44% (07) entre um e dois salários mínimos, 6% (01) entre dois e três salários mínimos, e 6% (01) acima de três salários mínimos.

Já sobre os alunos do décimo período do turno da manhã, 40% (02) possuem renda familiar entre um e dois salários mínimos, 20% (01) recebem entre dois e três salários mínimos, e 40% (02) acima de três salários mínimos.

Entre os alunos do décimo período que estudam a noite, 19% (03) recebem até um salário mínimo, 43% (07) entre um e dois salários mínimos, sendo estes predominantes, 19% (03) entre dois e três salários mínimos, e 19% (03) têm renda familiar acima de três salários mínimos.

Com a democratização do ensino, observamos que as classes sociais menos favorecidas passaram a ser inseridas na Educação Superior em uma proporção bem maior, uma vez que em 2004, na rede pública, 1,2% dos estudantes de nível superior pertenciam ao quinto mais pobre de rendimento domiciliar *per capita*, passando a 7,6% em 2014. Já na rede privada, essa proporção passou de 0,6% para 3,4% (BRASIL, 2018d).

Com relação ao grau de dependência financeira total no Brasil, tínhamos 58,3 pessoas economicamente dependentes por 100 pessoas em idade potencialmente ativa no ano de 2004, em 2014 esses dados diminuíram para 54,7 (BRASIL, 2015d).

Diante do exposto, observamos que houve uma ligeira diminuição do grupo que, por hipótese, é economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas potencialmente ativas. Com relação aos jovens economicamente dependentes, nota-se que houve uma grande diminuição na razão de dependência, passando de 43,0, em 2004, para 33,5, em 2014.

Na região Nordeste, no ano de 2004 os jovens economicamente dependentes representavam um total de 49,6%, e no ano de 2014 passaram para 37,6%. Já na Paraíba, em 2004 tínhamos 49,4% dos jovens dependentes, enquanto que em 2014 esses dados diminuíram para 37,1% (BRASIL, 2015d).

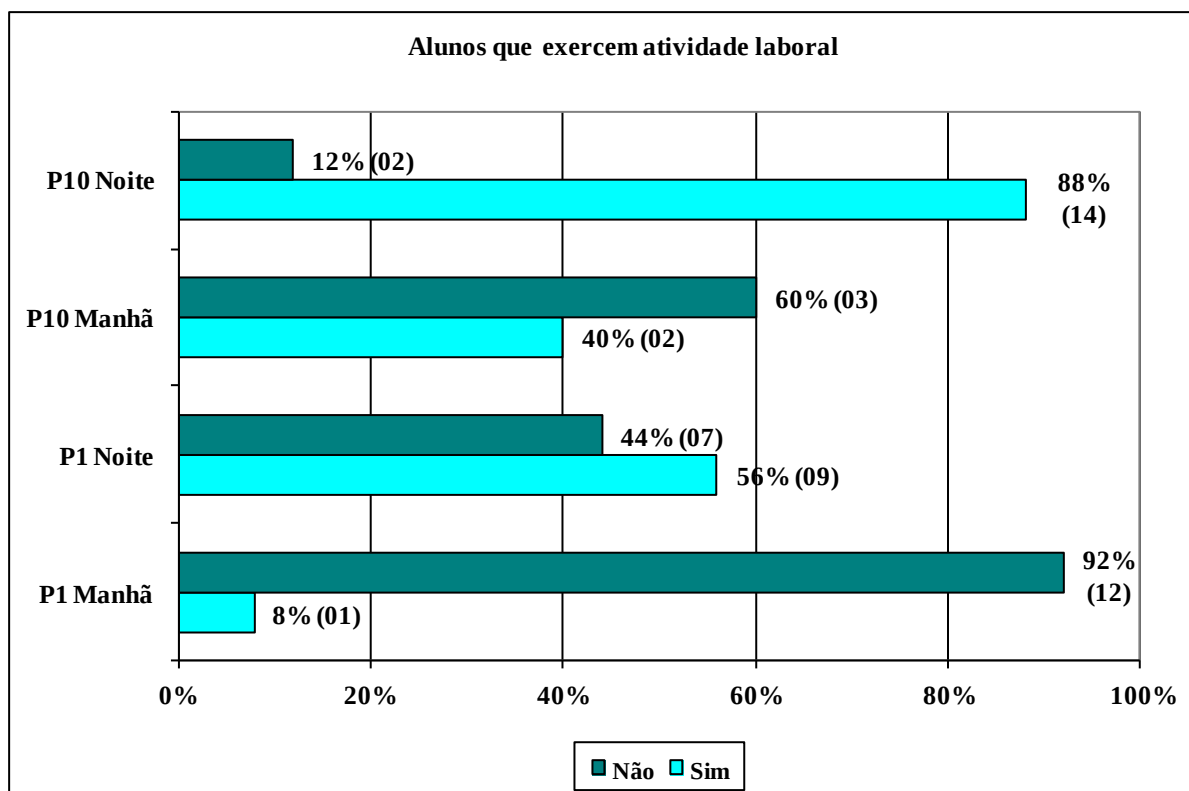


Gráfico 11: Percentual dos alunos que possuem atividade laboral.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A partir do gráfico acima, é possível visualizar que 8% (01) dos alunos vespertino do primeiro período trabalham, enquanto que 92% (12) não exercem nenhuma atividade laboral. Já entre os alunos do turno da noite, 56% (09) trabalham e apenas 44% (07) não estavam trabalhando no momento da coleta de dados.

40% (02) dos alunos vespertino do décimo período trabalham, enquanto que 60% (03) não exercem nenhuma atividade laboral. Já entre os alunos do turno da noite, 88% (14) trabalham e apenas 12% (02) não estavam trabalhando no momento da coleta de dados.

Dentre os alunos do turno vespertino que trabalham, todos atuam como técnico de enfermagem. Entre os alunos que estudam no período da noite, a predominância também foi dos que atuam como técnico de enfermagem.

No entanto, alguns exercem outras profissões, como, técnico em segurança do trabalho, auxiliar de consultório dentário, secretária, motorista da atenção básica, militar, e gerente comercial.

Diante do exposto, observamos que a maioria dos estudantes que trabalham exercem suas funções laborais como técnico de enfermagem. O que facilita no processo de ensino-aprendizagem destes discentes durante sua graduação em enfermagem, pois os mesmos já possuem conhecimento prático com relação a uma grande parte dos procedimentos realizados pelo profissional enfermeiro, no entanto, também tem as desvantagens, uma vez que os vícios adquiridos durante a profissão são difíceis de serem corrigidos.

Outro fator bastante importante que deve ser levado em consideração é a dificuldade de conciliação dos horários de trabalho com os de estudo, pois a carga horária do técnico de enfermagem muitas vezes é exaustiva e como trabalham em esquema de plantão, alguns dias de sua escala coincidem com o das aulas, e com isso terminam faltando aula para que possam trabalhar, ou normalmente chegam atrasado no primeiro horário, uma vez que os plantões iniciam as 7:00h da manhã e encerram as 19:00h. Em consequência disto, independente dele estudar pela manhã ou a noite, terá prejuízo em seus estudos.

Porém, ao concluírem sua graduação a facilidade para serem inseridos no mercado de trabalho como enfermeiro é maior do que dos concluintes que não são técnicos em enfermagem, pois pelo fato de trabalharem na área da saúde, já possuem experiência profissional e conhecem pessoas que podem ajudá-lo em sua inserção na profissão.

Com relação a ocupação, de acordo com o levantamento realizado pelo IBGE no ano de 2014, como podemos observar na figura 2, os jovens que estavam trabalhando na semana de referência e o total de jovens, teve ligeira diminuição no período entre 2004 e 2014, no qual passou de 58,9% para 57,5%. Nos grupos de 18 a 24 anos tínhamos 61% e de 25 a 29 anos eram 75,6%, mostrando-se estável durante o período analisado, enquanto no grupo de 15 a 17 anos de idade houve queda no nível de ocupação, passando de 31,1% para 23,1% entre 2004 e 2014.

Ainda como demonstra a figura 2, um dado bastante expressivo refere-se aos jovens que não estudavam e não trabalhavam. Embora não tenha sido verificada variação significativa entre 2004 e 2014, entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, um em cada cinco não frequentava escola e não trabalhava na semana de referência, neste último ano. No grupo de 15 a 17 anos esta proporção foi de 9,9%, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos o indicador chegou a 23,6%, já para os jovens de 25 a 29 anos de idade o indicador foi de 21,4% (BRASIL, 2015d).

Já entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, que frequentavam a escola, os dados aumentaram de 81,8% para 84,3%, entre 2004 e 2014; no mesmo período, houve uma queda de 32,2% para 30,0% no indicador da faixa etária entre 18 e 24 anos; já para os jovens de 25 a 29 anos de idade, que já estariam no final do seu ciclo escolar, a frequência à escola é bem mais baixa, chegando a 11,0% em 2014.

Para o grupo de 15 a 17 anos de idade, cabe destacar que aumentou de forma mais significativa a proporção daqueles que somente estudavam, de 59,3% para 67,0%, no mesmo período; diminuindo a proporção de jovens que estudavam e trabalhavam na semana de referência, 22,6% para 17,3%, entre 2004 e 2014 como podemos visualizar na figura 2 (BRASIL, 2015d).

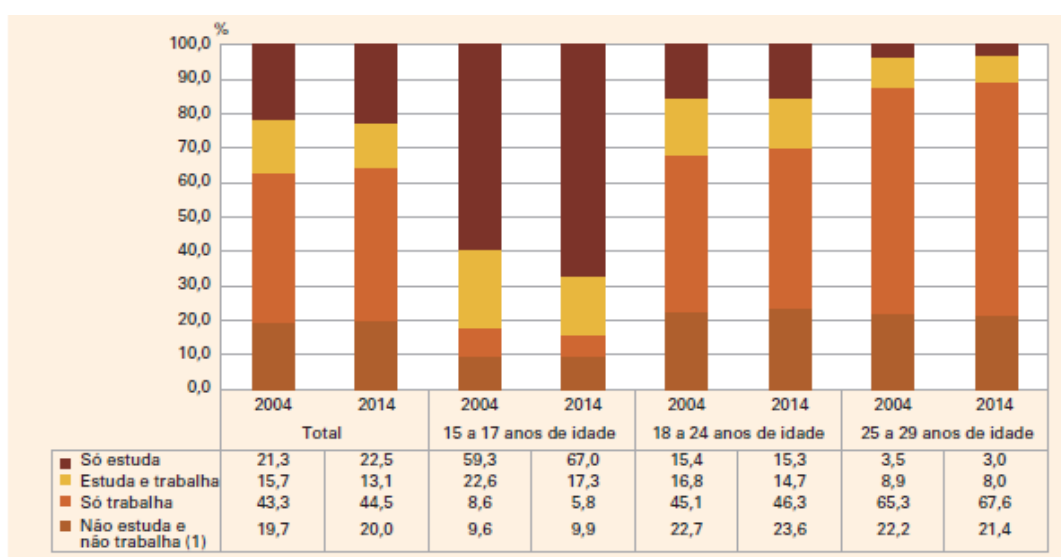


Figura 2: Distribuição dos jovens entre 15 e 29 anos de idade, por grupos de idade e tipo de atividade no período entre 2004 e 2014.

Fonte: Brasil, 2015d.

O fato dos alunos poderem se dedicar exclusivamente aos estudos, possui efeitos positivos na formação dos jovens, pois ao abrir mão do trabalho para a dedicação aos estudos, este tem mais chances de ampliar sua qualificação para as etapas superiores de sua formação educacional, resultando assim em uma melhor inserção no mercado de trabalho.

3.2 Caracterização dos fatores que podem refletir na Educação Superior privada

A seguir apresentamos a análise das questões referentes a caracterização da pesquisa, no qual relacionamos com o objetivo proposto pelo estudo.

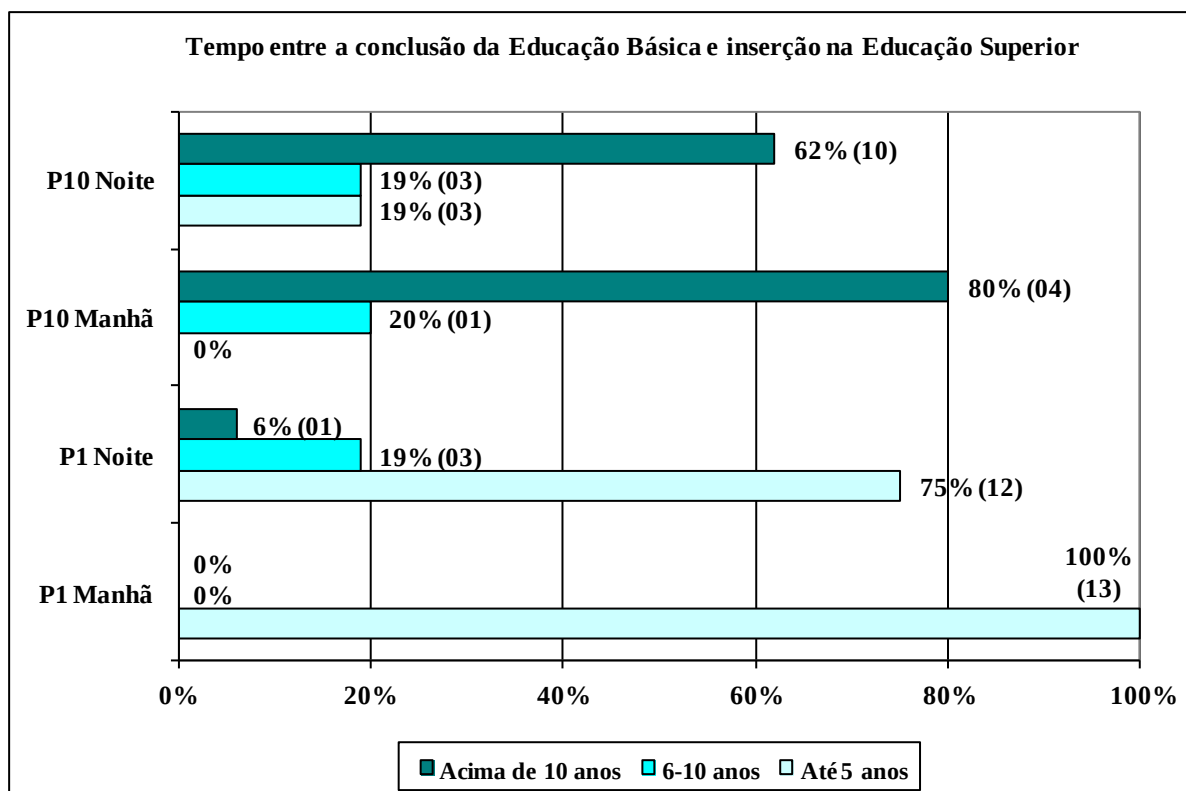


Gráfico 12: Tempo de intervalo entre a conclusão do Ensino Médio e a inserção na Educação Superior.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico 12 nos permite visualizar que com relação ao tempo entre a conclusão da Educação Básica e a inserção na Educação Superior os alunos do primeiro período do turno da manhã 100% (13) concluíram há até cinco anos, enquanto que os discentes do período noturno 75% (12) concluíram há até cinco anos, 19% (03) entre seis e dez anos, e apenas 6% (01) faz mais de 10 anos da conclusão do Ensino Médio.

Ainda no gráfico 12, é possível visualizarmos que com relação aos alunos do décimo período do turno da manhã 20% (01) passaram entre seis e dez anos até iniciar a Educação Superior, contrapondo 80% (04) que concluíram há mais de 10 anos. Enquanto que os alunos do turno da noite 19% (03) iniciaram seu curso de graduação com até cinco anos após a conclusão do Ensino Médio, enquanto que 19% (03) passaram entre seis e dez anos, e 62% (10) iniciaram o Curso de Bacharelado em Enfermagem após mais de dez anos de conclusão da Educação Básica.

A entrada na universidade é um sonho muitas vezes tardio, realizando-se bem depois da idade em que normalmente acontece o ingresso nas faculdades, ou seja, por volta dos 18 anos. E quando retornam os estudos, uma das grandes dificuldades é o fato dos discentes

passarem alguns anos sem estudar, e ao adentrarem na Educação Superior necessitam se adequar a nova rotina de estudos, que em sua grande maioria deve ser conciliada com a vida pessoal e laboral, que às vezes não está interligada a academia.

Segundo Ferrari e Canci (2005), a adaptação à universidade exige dos estudantes, mudanças tanto em nível pessoal, como social e acadêmico. Essa transição na vida dos discentes requer a adoção de conhecimentos adequados às novas exigências com que os alunos se deparam, e a não adaptação pode gerar dificuldades na aprendizagem, resultando em fracasso escolar.

De acordo com Smaniotto (2011) são inúmeras as razões de ordem prática e econômica que levaram pessoas a desistir de estudar e após os trintas anos de idade optarem por retomar os estudos e iniciarem a Educação Superior.

Com isso, destacamos que as condições socioeconômicas são um fator que interfere demais, devido à necessidade de se ter atividades profissionais nem sempre suficientemente bem remuneradas para se investir na Educação Superior, o que os obriga a frequentarem um curso de menor custeio, e em horário noturno, porém, muitas vezes acontece incompatibilidade de tempo para o estudo e trabalho.

Para Machado (2007, p. 279) a má qualidade da educação está exatamente interligada às políticas educacionais, pois “nenhuma política educacional pode produzir resultados positivos sem uma integração orgânica entre os diversos níveis de ensino, particularmente entre a Educação Básica e o Ensino Superior”.

Uma vez que esta falta de conexão entre os anos de estudos da Educação Básica e da Educação Superior prejudica ainda mais o processo de aprendizagem do aluno, que por sua vez necessita de um período de adaptação a sua nova rotina, pois alguns alunos que adentram em instituições de Educação Superior, muitas vezes exerce funções trabalhistas que não são da mesma área da sua graduação, o que dificulta ainda mais a adaptação ao seu novo estilo de vida.

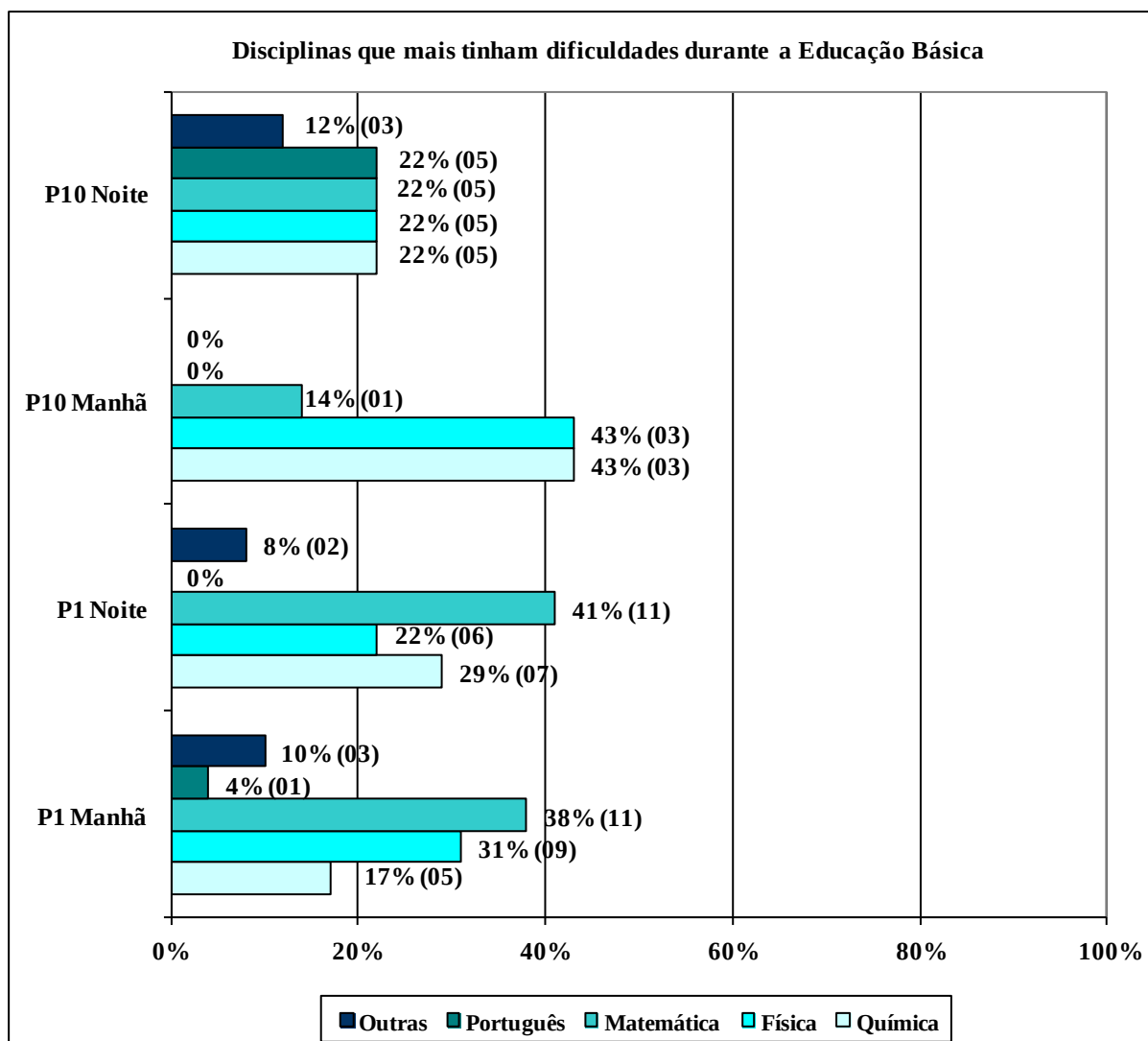


Gráfico 13: Disciplinas da Educação Básica que os alunos tinham mais dificuldades.
Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A partir da análise dos discentes do primeiro período do turno da manhã quando questionados sobre quais disciplinas cursadas na Educação Básica que tinham mais dificuldades percebemos que 17% (05) relataram ser química, 31% (09) física, 38% (11) matemática, 4% (01) português e 10% (03) citaram história e geografia.

Já os alunos do primeiro período do turno da noite, 29% (07) tinham mais dificuldades em química, 22% (06) física, 41% (11) em matemática, e 8% (02) responderam ter dificuldades em ciências e biologia.

Com relação aos discentes do décimo período do turno da manhã quando questionados sobre quais disciplinas cursadas na Educação Básica tinham mais dificuldades, 43% (03) respondeu química, 43% (03) física e 14% (01) matemática. Os alunos do turno da

noite responderam 22% (05) química, 22% (05) física, 22% (05) matemática, 22% (05) português, e 12% (03) citou geografia, filosofia e história.

Com isso observamos que as disciplinas citadas pelas quatro categorias foram: física, química e matemática, ou seja, as disciplinas da área de Exatas, as que requerem conhecimentos a respeito de cálculos, o que reflete na grande dificuldade dos alunos durante a graduação de enfermagem ao cursarem as disciplinas Bioquímica, Biofísica e Farmacologia, como também a execução de procedimentos que exigem cálculos, por exemplo, idade gestacional, data provável do parto, gotejamento de medicações endovenosas e o manuseio da bomba de infusão, uma vez que estes necessitam de fórmulas para serem realizados.

Da área de Humanas, outra disciplina citada foi Português, sendo esta de grande importância, não só para os estudos acadêmicos e as atividades profissionais, mas para a vida de todos os cidadãos. Tal dificuldade é demonstrada principalmente quando os professores solicitam atividades teóricas, no qual observa-se uma grande quantidade de erros de escrita e gramatical. Vale salientar que uma parcela pequena dentre os questionados citou as disciplinas de História e Geografia, o que para o Curso de Bacharelado em Enfermagem não interfere muito, uma vez que pouca se utiliza os conhecimentos prévios das mesmas.

Com relação as disciplinas da área da Saúde, como Ciências e Biologia, estas são as que exigem mais dos graduando conhecimento prévio advindos da Educação Básica.

Diante do exposto, podemos afirmar que as dificuldades encontradas durante os estudos escolares refletem tanto na escolha do curso de graduação quanto na inserção deste nas instituições de Educação Superior, no qual a área de escolha de sua profissão muitas vezes vai está relacionada com as disciplinas de maior afinidade. Ainda durante a análise dos dados, é imprescindível destacar que alguns alunos citaram que tinham dificuldades em mais de uma disciplina.

Para Resende e Mesquita (2013) é fato comprovado que números, fórmulas, equações e problemas matemáticos embaralham a cabeça dos alunos desde os primeiros anos de estudo, e com isso para muitos, a Matemática, a Física e Ciências são consideradas áreas mais complexas, confusas, que despertam pouca simpatia, e detalhistas do que, por exemplo, História ou Língua Portuguesa.

Rozemberg (2018) diz que despertar o interesse dos alunos não é uma tarefa fácil, porém existem quatro tópicos que podem auxiliar o professor para que este melhore sua metodologia e didática, são eles: mudar a visão que os alunos têm dos estudos, fazer do aprendizado uma diversão, mostrar a aplicação prática do conteúdo, e acompanhar o desempenho para melhorar.

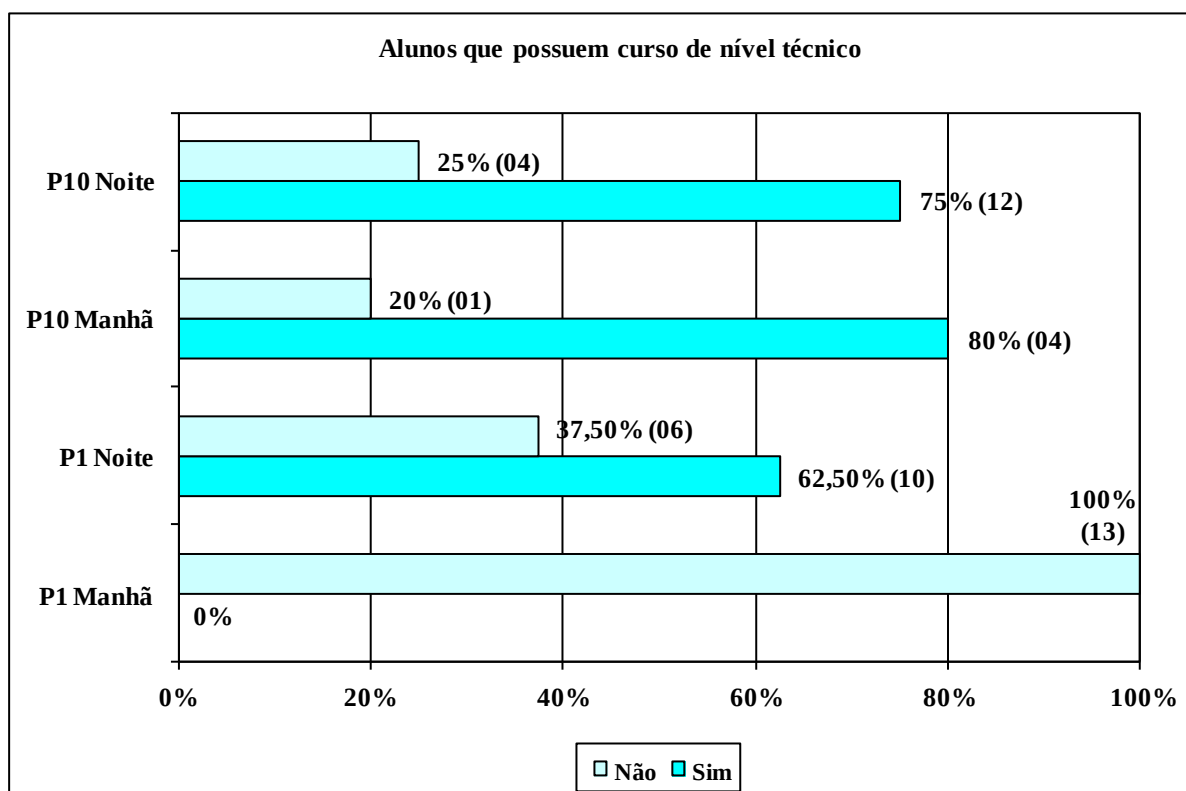


Gráfico 14: Quantitativo dos alunos que possuem curso em nível técnico.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico 14 nos mostra que nenhum dos alunos do primeiro período do turno da manhã possui curso de nível técnico, enquanto que no turno da noite a grande maioria, ou seja, 62,5% (10) possuem curso técnico, contrapondo 37,5% (06) que não possuem.

Com relação aos alunos do décimo período do turno da manhã, 80% (04) possuem algum curso de nível técnico, e apenas 20% (01) não têm. Sobre o turno da noite, 75% (12) possuem curso técnico, enquanto apenas 25% (04) não possuem.

Ao analisar os instrumentos utilizado durante a coleta de dados, percebemos que no turno da manhã, todos os participantes que possuem curso técnico, tem habilitação para o técnico em enfermagem. Já entre os alunos da noite, entre eles um possui técnico em segurança do trabalho, um técnico em saúde bucal, e os demais, técnico em enfermagem.

Diante do exposto, observamos que tais participantes antes de iniciarem o Curso de Bacharelado em Enfermagem já tinham algum conhecimento prévio acerca da graduação que iriam iniciar, fato este que facilita durante as disciplinas teórico-práticas.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE, referente ao decênio 2014 e 2024, a meta 11 está relacionada a educação profissionalizante, no qual visa “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2015b, p. 22).

Ainda com a finalidade de se padronizar e organizar os cursos técnicos, foi elaborado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, sendo este um material que norteia tanto as instituições quanto os alunos e a sociedade no geral, uma vez que o mesmo subsidia o planejamento dos cursos.

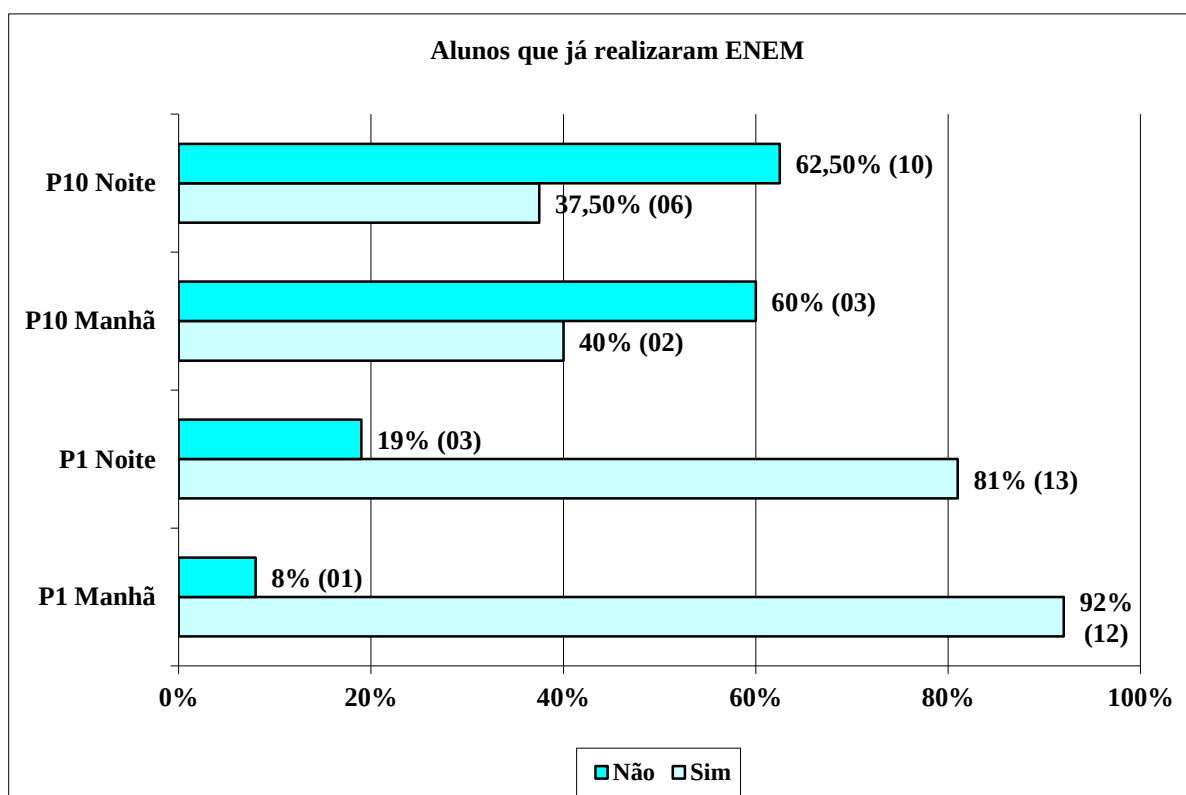


Gráfico 15: Quantitativo dos alunos que já realizaram o ENEM.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A partir da análise do gráfico acima, observamos que 92% (12) dos alunos matriculados no primeiro período no turno da manhã já realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com o intuito de ingressar em instituições de Educação Superior

pública, enquanto que apenas 8% (01) nunca realizou a prova. Dentre os cursos citados como opção de escolha, relataram Enfermagem, Medicina, Direito e Ciências Biológicas.

Com relação aos alunos do primeiro período que estudam no turno da noite, 81% (13) já realizaram o ENEM, contrapondo 19% (03) que nunca fez a prova. Quando questionados sobre qual curso pretendiam realizar informaram Enfermagem, Nutrição e Terapia Ocupacional.

Ao analisarmos os dados referentes aos alunos do décimo período do turno da manhã, observamos que 40% (02) já realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com o intuito de ingressar em instituições de Educação Superior pública, enquanto quem 60% (03) nunca fez a prova. Dentre os cursos citados como opção de escolha, tivemos Enfermagem, Engenharia de Alimentos e Direito.

Com relação a realização do ENEM pelos alunos matriculados no décimo período do turno da noite, 37,5% (06) já fizeram a prova, contrapondo 62,5% (10) que nunca realizaram o exame. Quando questionados sobre qual curso pretendiam cursar citaram Enfermagem, Medicina, Odontologia e Hotelaria.

O ENEM foi instituído em 1998 através da Portaria n.º 438, de 28 de maio, e em 2010 foi novamente instituído pela Portaria n.º 807, de 18 de junho. Este tem como finalidade averiguar se com a conclusão da Educação Básica o aluno possui conhecimentos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e se detêm conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

Através das notas alcançadas pelo participante, é possível avaliar se este estará apto à continuidade de sua formação e inserção no mercado de trabalho, sendo as médias utilizadas como mecanismo alternativo ou complementar para o ingresso na Educação Superior, especialmente nos curso ofertados pelas instituições de Educação Superior pública.

Para Sousa (2013) o Ensino Médio público brasileiro apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas ainda não forma um quantitativo razoável de jovens que consigam ingressar na Educação Superior pública logo após a conclusão dos estudos da Educação Básica e com isso os mesmos ou desistem de prosseguir com os estudos ou adentram na Educação Superior tardiamente e apresentando dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Ortega (2011) um outro aspecto de suma importância no que diz respeito ao ENEM, é com relação ao interesse dos profissionais da rede pública, pois pouco se faz para auxiliar no ingresso dos discentes que estudam em escolas públicas, enquanto que a rede privada inicia a preparação de seus alunos ainda no início do Ensino Médio.

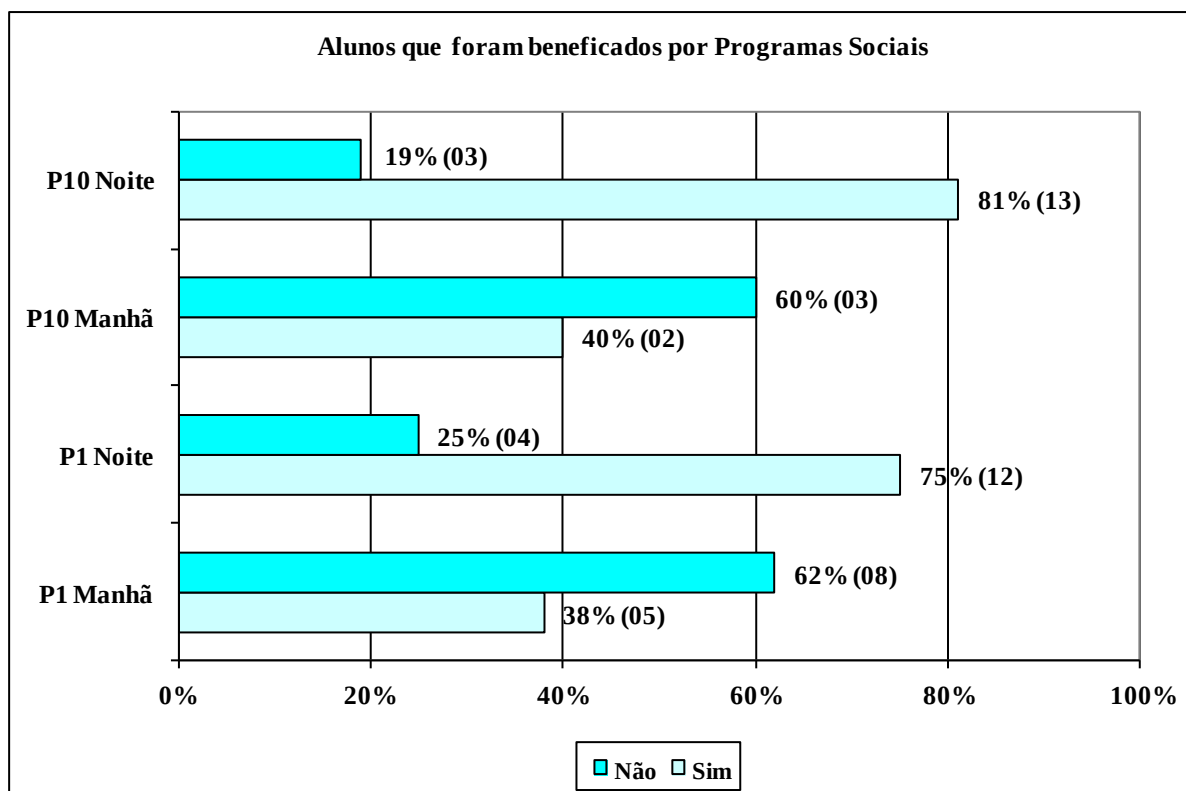


Gráfico 16: Quantitativo dos alunos beneficiados por Programas Sociais ao ingressarem na Educação Superior.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

A partir da análise do gráfico 16, é possível visualizar que 38% (05) alunos do primeiro período do turno da manhã foram contemplados por algum Programa Social, enquanto que 62% (08) não possui nenhum benefício e consequentemente efetuam o pagamento do valor integral da mensalidade. Já com relação aos alunos do turno da noite, 75% (12) foram contemplados por Programas Sociais, enquanto que apenas 25% (04) realizam o pagamento integral do valor das mensalidades do curso.

Ainda segundo o gráfico 16, observa-se que 40% (02) dos alunos do décimo período do turno da manhã foram contemplados por algum Programa Social, contrapondo 60% (03) que não possui nenhum benefício social e com isso efetua o pagamento do valor integral do curso. Já com relação ao turno da noite, 81% (13) foram contemplados por Programas Sociais, enquanto que apenas 19% (03) não possui desconto no valor de suas mensalidades.

De acordo com a análise dos questionários foi possível observar que a maioria dos alunos foram beneficiados com algum programa social, e com isso não pagam o valor da mensalidade integral, ou seja, R\$ 848,93.

Os graduandos ao serem questionados sobre quais programas sociais do governo federal foram beneficiados citaram o FIES e o PROUNI. Porém alguns também citaram os programas privados Educa Mais Brasil e PRAVALER, e o programa da própria instituição que fornece bolsas a alunos com as melhores notas no processo seletivo.

O FIES é um programa nacional destinado a financiar a graduação na Educação Superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podendo recorrer ao financiamento os estudantes de cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação – MEC (CARDIM, 2015).

Tendo a finalidade de beneficiar alunos das classes menos favorecidas socialmente, o PROUNI é ofertado aos estudantes provenientes do Ensino Médio da rede pública ou bolsistas integrais da rede privada, que têm renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Os discentes são selecionados através das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, uma vez que desta maneira estes são incluídos de acordo com seus méritos acadêmicos.

O Educa Mais Brasil, apesar de ser muito confundido com um programa social do governo federal, é uma empresa privada que em parceria com as instituições de ensino oferece bolsas de estudo permitindo que estudantes de baixa renda tenham acesso a instituições privadas através de bolsas de estudo parcial.

O programa tem parceria com mais de 18 mil instituições de ensino a nível de Educação Básica, Profissionalizante e Educação Superior. As bolsas de estudo ofertadas são de até 70% do valor da mensalidade para cursos de graduação, pós-graduação, Educação Básica, cursos técnicos, cursos livres, idiomas, preparatório para concursos, pré-vestibular e EJA – Educação de Jovens e Adultos (EDUCA MAIS BRASIL, 2018).

O programa de crédito universitário PRAVALER foi criado em 2006 e tem a finalidade de financiar as mensalidades com juros mais baixos do que os normalmente praticados pelos bancos. Pode ser utilizado por quem quer começar os estudos ou por quem já está cursando, também é possível utilizar o programa para parcelar as mensalidades de

pós-graduação ou cursos técnicos. A gestão do PRAVALER é realizada pela Ideal Invest, uma empresa brasileira fundada em 2001, especializada em soluções financeiras para o setor de educação privada e possui dentre seus acionistas fundos geridos pela Victoria Capital Partners, a International Finance Corporation – IFC (braço financeiro do Banco Mundial), fundos geridos pela EOS Investimentos, e Itaú Unibanco Holding S. A. (PRAVALER, 2018).

Diante do exposto ressaltamos a democratização do acesso a Educação Superior por pessoas menos favorecidas financeiramente através da implantação e execução de programas que auxiliam tal população durante seus estudos na rede privada.

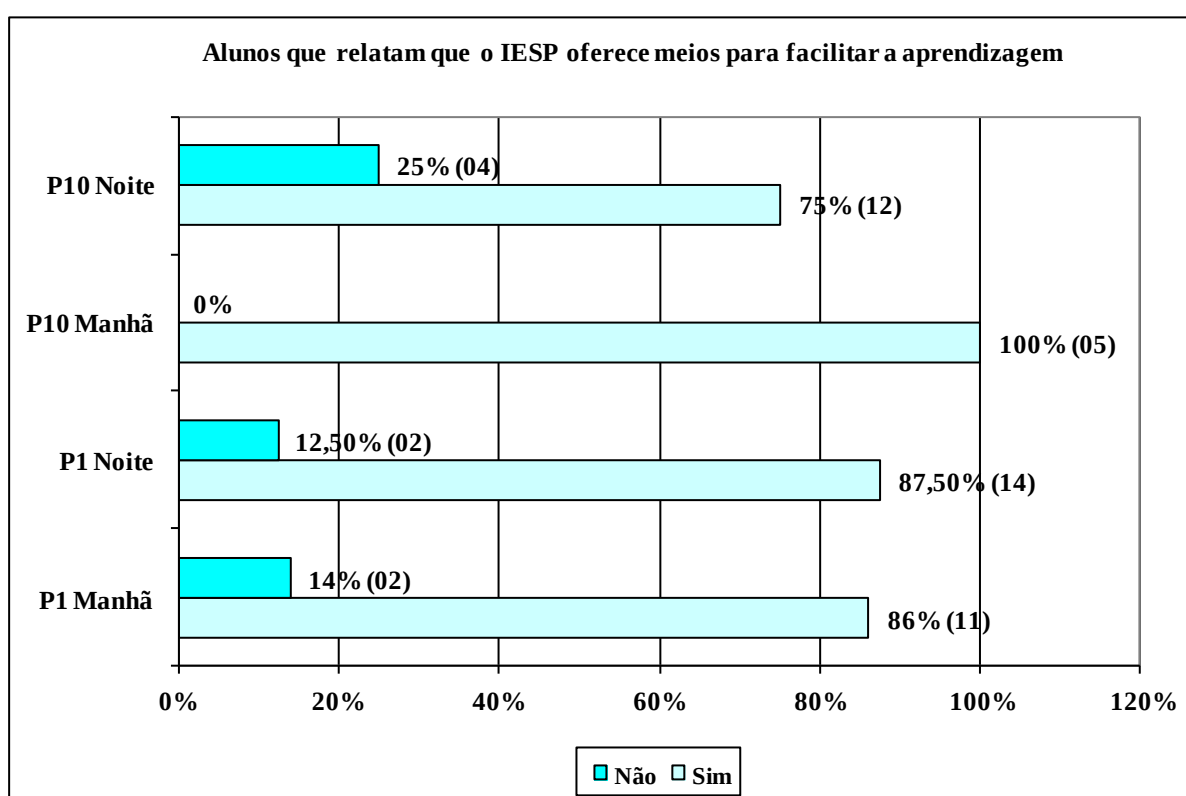


Gráfico 17: Quantitativo dos alunos quando questionados se a instituição oferece meios para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

O gráfico acima mostra que 86% (11) dos alunos do primeiro período da manhã relatam que o Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP fornece meios para facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes, enquanto que 14% (02) disseram que não. Com relação ao turno da noite, 87,5% (14) disseram que a instituição fornece meios que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem, contrapondo 12,5% (02) que relataram não existir meios para facilitar a aprendizagem.

Sobre os alunos do décimo período do turno da manhã, 100% (05) reconhecem que o IESP fornece meios que possam facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Enquanto que 75% (12) dos alunos matriculados no turno da noite também concordam com tal afirmação, contrapondo apenas 25% (04) que dizem que a instituição não oferece meios que ajudem no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre os meios ofertados pelo IESP aos alunos de graduação em enfermagem com o intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem os alunos citaram os laboratórios com equipamentos e materiais suficientes para o estudo, como também a presença de monitores para que possam reforçar o conteúdo ministrado pelos docentes, biblioteca com um bom acervo, professores qualificados, todas as salas de aula equipadas com aparelhos de data show e som, eventos com a presença de palestrantes de renome debatendo assuntos atuais, e o sistema do aluno on line com conteúdos e materiais virtuais.

De acordo com Pavão e Bortolazo (2015, p. 17) é necessário que alguns aspectos sejam cumpridos para que haja acessibilidade na área da educação, portanto

Para a promoção da acessibilidade é importante, observar a necessidade educacional do sujeito, e assim buscar as alternativas que facilitem o seu acesso a comunicação, imobiliários, edificações, ou seja, na acessibilidade a espaços físicos e de informação.

A partir da citação acima, podemos afirmar que promover o acesso a educação vai muito além de ampliar o quantitativo de alunos matriculados, pois nossos discentes necessitam ser inseridos socialmente, observando-se as necessidades individuais de cada um.

Categoria 1: Dificuldades encontradas pelos alunos do primeiro período do turno da manhã durante a permanência na Educação Superior

“Acompanhar todo o conteúdo” (Severina).

“Falta de preparo básico, e o valor da mensalidade” (Marcos).

“Renda para pagar a mensalidade e os custos extras que surgem” (João).

“Não estou tendo nenhuma dificuldade” (Maria).

A partir dos depoimentos acima, é possível observar que a maioria dos alunos ao ingressarem na Educação Superior possui dificuldades tanto financeiras quanto relacionadas ao conhecimento deficitário acerca dos conteúdos ministrados na Educação Básica. Dentre os alunos do primeiro período do turno da manhã, vale salientar que dos 13 questionados,

apenas dois participantes relataram não apresentar dificuldades até o momento da coleta de dados.

Categoria 2: Dificuldades encontradas pelos alunos do primeiro período do turno da noite durante a permanência na Educação Superior

“A distância até a faculdade, o transporte escolar e a situação financeira” (Fernando).

“Acompanhar a rotina acadêmica após alguns anos sem estudar, além de não ter tido uma boa base na época da escola” (Joana).

“Questões financeiras, dificuldades em algumas disciplinas por não lembrar dos assuntos do colégio, e as vezes de transporte, apesar de morar em João Pessoa” (Ana).

“Renda familiar e muitas dúvidas” (Marta).

Ao analisarmos os depoimentos dos alunos do primeiro período do turno da noite, percebemos que a maioria dos participantes apresentam dificuldades financeiras. Outros obstáculos citados pelos participantes relacionam-se a questões de deslocamento até a instituição, em virtude do transporte público deficitário do município de João Pessoa e o transporte escolar cedido pelos municípios de residência dos discentes; e o déficit de conhecimento obtido durante os anos de estudos na Educação Básica. Vale ressaltar que todos os alunos questionados do primeiro período do turno da noite citaram algum tipo de dificuldade.

Categoria 3: Dificuldades encontradas pelos alunos do décimo período do turno da manhã durante a permanência na Educação Superior

“Voltar a estudar depois de muitos anos, principalmente por não ter aprendido o suficiente na época do colégio” (Renata).

“Conciliar o horário do trabalho com os estudos” (Carlos).

“Financeira” (Roberta).

“Nenhuma dificuldade” (Judite).

Durante a análise dos depoimentos dos alunos do décimo período do turno da manhã, observamos que durante a permanência destes na Educação Superior apresentaram diversas dificuldades até chegarem no último período do Curso de Bacharelado em Enfermagem. Dentre os obstáculos enfrentados estão questões financeiras e conciliação entre os horários de estudos e o trabalho. Entre os cinco participantes, apenas um relatou não apresentar nenhuma dificuldade.

Categoria 4: Dificuldades encontradas pelos alunos do décimo período do turno da noite durante a permanência na Educação Superior

“Não ter renda que pudesse pagar a mensalidade e o transporte” (Amanda).

“Por passar um período sem estudar, tive muitas dificuldades no aprendizado” (Elder).

“O horário em que o ônibus chega, pois pelo trânsito sempre chegamos atrasados na aula” (José).

“Tive várias: financeira, transporte e conhecimento deficitário” (Kátia).

A partir da análise dos depoimentos dos alunos do décimo período do turno da noite, observamos que aspectos relacionados a renda familiar, transporte para o deslocamento até o Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, e conhecimento deficitário acerca dos conteúdos ministrados na Educação Básica são alguns dos obstáculos que os alunos precisaram enfrentar desde seu ingresso na Educação Superior até o último período do Curso de Bacharelado em Enfermagem, ou seja, até a conclusão de sua graduação. Vale ressaltar que os 16 concluintes relataram algum tipo de dificuldade durante os cinco anos de permanência na instituição.

Durante a análise dos depoimentos foi possível observar que o fator relacionado a falta de renda familiar foi citado por todas as categorias como uma das principais dificuldades encontradas por alunos advindos da rede pública e que estavam cursando Bacharelado em Enfermagem no Instituto de Educação Superior da Paraíba.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE no ano de 2014, em 2004, apenas 20% dos estudantes com menores rendimentos financeiros frequentavam a Educação Superior, destes 1,4% em universidades públicas, já no ano de 2013, essa proporção chegou a 7,2%. Com relação aos 20% mais ricos do país, estes representavam 55% dos universitários em instituições públicas e 68,9% na rede privada, no ano de 2013, esses dados tiveram uma queda para 38,8% e 43%, respectivamente (BRASIL, 2014).

Pereira e Silva (2010) relatam que desde o primeiro mandato de presidência no Brasil de Luiz Inácio da Silva, no ano de 2003, estamos vivenciando um período de diversas reformas relacionadas à Educação Superior. No qual constatamos transformações no direcionamento das políticas que promovem o acesso aos cursos de graduação no Brasil através do Sistema de Cotas para grupos que vivem em condições de vulnerabilidade social, como os negros, índios, pessoas com deficiência e de classes econômicas desfavorecidas.

Grupos esses, que por razões históricas, econômicas e culturais não tiveram a oportunidade de ingressarem na Educação Básica e Superior. Com isso, as políticas públicas e as ações governamentais de inclusão educacional representam a democratização do acesso ao sistema superior de ensino, uma vez que o quantitativo de alunos de baixa renda na Educação Superior vem aumentando a cada ano.

Um dos avanços voltados para a Educação Superior alcançado no ano de 2014, no mandato de presidência no Brasil de Dilma, foi a Lei de nº 13.005/14 que se refere ao Plano Nacional de Educação – PNE, o qual elegeu como meta de número 12 a elevação do quantitativo de pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos matriculados na Educação Superior, e para tanto criou como estratégia de número 12.9 a ampliação da “participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma de lei” (BRASIL, 2015b, p. 14).

Ainda de acordo com o PNE, é possível observar que o mesmo apresenta em seu Art. 2 suas diretrizes, o qual diz que além da universalização do atendimento escolar também se faz necessário à melhoria da qualidade da educação, ou seja, não adianta apenas aumentar os dados quantitativos relacionados ao ensino, e sim o qualitativo.

A partir de então, é de extrema relevância dizer que a ampliação do acesso à Educação Superior deve ser tão importante quanto o grau de excelência deste, visto que as oportunidades educacionais de qualidade são proporcionais à garantia da cidadania e desenvolvimento do país.

Outro obstáculo citado em todas as categorias foi a falta de preparo científico nos anos de estudos durante a Educação Básica, fato este que muitas vezes interfere no desempenho de nosso alunado, uma vez que algumas disciplinas requerem conhecimento prévio para estes possam ser relacionados com os conteúdos ministrados na graduação.

De acordo com Silva e Zenaide (2008) apesar da existência de uma política educacional que abrange diversos fatores e protege o direito do cidadão a educação, na prática o que observamos é a fragilidade no Ensino Básico, sendo este o principal fator negativo para a profissionalização do indivíduo. Uma vez que a profissionalização do indivíduo está diretamente relacionada com os estudos da Educação Básica, pois para que

este possa desenvolver sua potencialidade laboral, o mesmo necessita de uma boa base estrutural, que lhe permita um senso intelectual e crítico.

De acordo com Tavares (2003) muitos destes discentes possuem dificuldades durante sua vida acadêmica em consequência do déficit de conhecimento que deveria ter sido adquirido durante a Educação Básica.

Para Machado (2007), apesar de ser comprovado cientificamente através de várias pesquisas que o desempenho do aluno da Educação Básica influencia na qualidade deste aluno na Educação Superior, um curso no qual recebe alunos com formação prévia deficiente pode realizar um excelente trabalho, porém, em sua grande maioria não terá seus ex-alunos entre os melhores profissionais.

Uma das principais transformações da Educação Superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite. Se por um lado, há um contingente expressivo de estudantes de nível superior proveniente das camadas de renda intermediária, salta à vista que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso a Educação Superior, seja ela pública ou privada, não por falta de vagas ou de mudanças no setor, mas por problemas sociais e deficiências da Educação Básica (MACHADO, 2007).

Diante do exposto, podemos afirmar que através da inclusão dos alunos com deficiências advindas da Educação Básica em atividades de extensão, e incentivo aos estudos, as instituições de Educação Superior podem formar ótimos profissionais, porém mesmo assim estes ainda encontrarão dificuldades no mercado de trabalho em virtude de sua capacidade intelectual ser reduzida.

Em alguns dos depoimentos analisados, também foi citado como obstáculo o fato de ser preciso conciliar os horários do trabalho com os estudos, tanto para os que estudam no turno da manhã quanto para os que estudam a noite. O que pode ser enaltecido com a fala de Vasconcelos (2004), quando retrata que uma das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de instituições públicas, é a falta de apoio e valorização familiar também, sendo esta uma das barreiras ao acesso dos jovens a Educação Superior, uma vez que estes ao concluírem o Ensino Médio, já precisam trabalhar para se sustentarem e ajudar nas despesas da casa. O

que dificilmente acontece nas famílias de classe média-alta, no qual a motivação para a continuidade dos estudos é bem maior.

Para Alvarenga *et al* (2012, p. 65) “a desigualdade social impõe seus limites sobre os indivíduos de classe social mais baixa, que precisam trabalhar para se sustentar e sustentar suas famílias, mas que, por outro lado, precisam do estudo para conseguir trabalhar”.

A partir de tal afirmação, observamos o quanto as diferenças sociais interferem na escolarização dos cidadãos, pois muitos destes ao concluírem o Ensino Médio adentram no mercado de trabalho informal ou até mesmo procuram empregos no comércio, em virtude do quantitativo de vagas, apesar de não se identificarem com a área laboral, e só após uma estabilidade financeira retornam aos estudos a nível de graduação.

Segundo Vasconcelos (2004), alguns fatores como infraestrutura, material de apoio didático, segurança nas escolas, desmotivação discente, a falta de práticas pedagógicas adequadas adotadas pelos docentes, baixas remunerações e a falta de atualização dos profissionais da área, comprometem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da rede pública, e com isso reduzem a “competitividade” do aluno de origem de escola pública quando comparado ao aluno de escola particular no que diz respeito ao acesso a Educação Superior pública e qualidade profissional.

Para Ortega (2001) a formação do estudante de escola pública é repleta de dificuldades peculiares a grande maioria dos alunos dessa classe social. A mesma ainda relata que além dos problemas pessoais dos discentes, estes ainda têm que enfrentar os obstáculos advindos da desmotivação dos professores por conta dos baixos salários e a carga horária exaustiva, como também seu próprio cansaço físico, pois além de estudar, também têm que trabalhar.

Diante de tais desafios, esse alunado, tem a Educação Superior como uma realidade distante da sua, ou até mesmo quando alcançam tal patamar, suas dificuldades são imensas.

Porém, não podemos culpar apenas os governantes pelo baixo desempenho dos alunos, visto que a desmotivação destes também está relacionada com as dificuldades socioeconômicas de suas famílias, o que os impedem de se dedicarem de forma integral a escola, como ocorre com a maioria dos alunos do ensino privado.

Desta forma, Vasconcelos (2004) alega que para haver uma efetiva democratização na ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, é necessário também que as políticas educacionais considerem indiscriminadamente as questões relacionadas à permanência e sucesso do alunado de baixa renda nas instituições de Educação Superior, pois as dificuldades presentes durante sua vida escolar irão acompanhá-los na academia.

A partir do exposto, não podemos dizer que apenas pelo fato de estudantes de escola pública ser inseridos na Educação Superior em virtude do aumento no número de vagas seja motivo para enaltecer as políticas de acesso, pois isto não representa, por si só, uma forma de democratização do ensino, haja vista as dificuldades que estes irão apresentar durante seu processo de graduação.

Para Saravali (2005, p. 100)

Em tempos de debates sobre a reforma universitária, é importante considerar que o verdadeiro ensino democrático é aquele que não somente garante o acesso, mas, sobretudo a permanência do aluno, enfocando a formação integral e não somente o preparo profissional. Portanto, quando esse aluno chega à instituição superior e não consegue usufruir do ensino que ela e seus mestres promovem, acompanhar suas leituras e exercícios, desenvolver habilidades, aprender a acessar o conhecimento, a educação está longe de atingir seu ideal democrático.

Com isso é pertinente dizer que o acesso a educação não está relacionado apenas a inserção do alunado em cursos de graduação, e sim a permanência deste nas instituições, de modo que sinta-se incluído durante as atividades acadêmicas.

Machado (2007, p. 284) diz que a discrepância na Educação é cada vez maior, pois “os alunos da Educação Básica pública destinam-se, em sua ampla maioria, ao Ensino Superior privado (pago), ao mesmo tempo que os alunos do Ensino Médio privado (pago) ocupam a maior parte das vagas do Ensino Superior público”.

As pessoas de classe social média-alta cursam o Ensino Infantil, Fundamental e Médio em rede privada com o intuito de preparar-se para a universidade pública, enquanto que estudantes de baixa classe cursam tais anos de estudos em rede pública e quando consegue ingressam na Educação Superior privada com o auxílio de benefícios sociais concedidos seja pelo governo, ou até mesmo pelas instituições de ensino, pois diante de tantas diferenças entre o ensino público e privado, é muito difícil um aluno que cursou a

Educação Básica na rede pública ter êxito durante a competição por uma vaga com um aluno que concluiu seus estudos na rede privada.

Fato este mais presente nas carreiras de maior prestígio social, como por exemplo, medicina, direito, engenharia civil e odontologia, nas quais a concorrência para o ingresso é ainda mais alta que as demais, e com isso os números resultantes das comparações entre a origem de rede pública e privada assumem um caráter ainda mais discrepante e desanimador para os alunos de baixa renda.

Para Alvarenga *et al* (2012, p. 56)

os estudantes de escola pública, que representam a maioria dos estudantes do ensino médio, passam a representar uma minoria no ensino superior. Desta forma, entende-se que exista uma maior preparação por parte dos estudantes advindos da rede privada de ensino, que faz com que consigam ter acesso às universidades públicas com maior facilidade que os demais.

Como podemos perceber, as deficiências da Educação Básica pública têm sido supridas parcialmente pela excelente qualidade do ensino nos estabelecimentos privados. No entanto, esta solução de mercado discrimina a numerosa população menos favorecida, que assim permanecerá enquanto não houver melhora da distribuição de renda, da Educação Básica pública e mercado de trabalho mais amplo e igualitário.

Segundo Ortega (2001), um dos fatores que interferem no acesso a Educação Superior de forma pública para a classe menos favorecida socialmente é o fato das escolas particulares da população elitizada está mais interessada em preparar seus alunos para as boas universidades públicas, enquanto que a maioria das escolas públicas não disponibilizam sequer informações necessárias sobre o ingresso aos seus estudantes, e com isso os alunos do ensino público brasileiro continuarão em desvantagem perante seus concorrentes do ensino privado ao disputar uma vaga no vestibular.

É notório o interesse que a rede privada demonstra com relação as avaliações externas, como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, pois através das boas notas obtidas pelos seus alunos, os gestores escolares conseguem ampliar seus discursos com relação a qualidade do ensino ofertado em sua instituição, enquanto que na rede pública pouco se faz para ajudar os discentes a se prepararem para as provas de seleção de ingresso nos cursos de graduação.

Segundo Genghini (2006) o baixo rendimento dos discentes nos cursos de graduação constitui um campo amplo e complexo, que envolvem desde determinantes históricos, sócio-políticos, culturais e pedagógicos, assim como os aspectos de caráter econômico, psicológico e de saúde, impedindo-os de responderem satisfatoriamente aos objetivos das instituições de Educação Superior, interferindo assim no futuro profissional deste indivíduo.

Reafirmando o pensamento do autor supracitado, podemos dizer que a qualidade dos profissionais que estão sendo formados pelas instituições de Educação Superior atualmente é um reflexo tardio das dificuldades enfrentadas pelo nosso alunado na Educação Básica, sendo estas refletidas no mercado de trabalho.

Segundo Sousa (2013), o Ensino Médio público brasileiro não consegue formar jovens em quantidade e com qualificação mínimas para ingressarem nos cursos de graduação, ficando alguns alunos retidos na Educação Básica e/ou adentram na Educação Superior tardiamente, e com dificuldades para se desenvolver intelectualmente, uma vez que após concluírem os estudos, seu alvo principal é a inserção no mercado de trabalho.

Fato este que pode ser observado com maior frequência nas instituições privadas de Educação Superior, uma vez que com a popularização das instituições de ensino privado a população menos desprovida de condições financeiras e sociais passaram a realizar cursos de graduação em tais locais, no entanto, em sua grande maioria, iniciam a graduação tardiamente.

Segundo Freitas (2014) a má qualidade da educação, não é apenas um problema isolado, e sim abrange todos os setores, uma vez que o social e trabalhista também sofrem interferência, pois o indivíduo que não obteve conhecimentos científicos advindos da Educação Básica, em sua grande maioria não consegue se sobressair na área trabalhista, em virtude de sua dificuldade intelectual para se capacitar.

O aumento da oferta de vagas em instituições particulares de Ensino Superior, aliado às deficiências do Ensino Fundamental e Médio, dentre outros motivos, estão fazendo com que haja um número cada vez mais elevado de alunos despreparados para enfrentar os desafios de um ensino mais complexo, apresentando rendimento irregular ou insatisfatório no Ensino Superior. É uma situação que gera conflitos e frustrações aos próprios alunos, aos docentes e às instituições de ensino, sem atender adequadamente às exigências do mercado de trabalho (GENGHINI, 2006, p. 20).

Podemos perceber que com a popularização das instituições de Educação Superior, os cursos de graduação estão se tornando cada vez mais banalizados, pois a rede privada em sua grande maioria preocupa-se apenas com o quantitativo dos alunos matriculados e esquecem da qualidade do ensino, fato este que interfere na formação científica dos futuros profissionais.

Schwartzman (2014) em um dos seus artigos afirma que o grande entrave enfrentado pelas universidades relatado por Marinalva Silva Oliveira, presidente da Associação Nacional de Docentes da Educação Superior – ANDES, foi o fato da expansão das universidades não levarem em consideração o tripé ensino-pesquisa-extensão, tendo apenas, o ensino e com isso a educação passou a ser ainda mais sucateada.

Em virtude do crescente número de alunos de classes sociais baixa na Educação Superior, as instituições passaram a se expandir deixando de lado o tão importante tripé da educação, pois seu alunado não pode se dedicar exclusivamente aos estudos, uma vez que necessita trabalhar, e com isso as instituições passaram a enfatizar apenas o ensino.

Para Fiorin (2015) o tripé ensino-pesquisa-extensão constitui uma forte rede em direção à constituição do estudante e à produção do conhecimento, e essa conexão faz com que o processo de formação seja mais produtivo, não podendo a instituição de Educação Superior existir apenas com a modalidade de ensino. Diante do exposto, podemos afirmar que este é de suma importância para a formação acadêmica do alunado da Educação Superior, pois a partir desta relação os discentes são capazes de se aproximarem com o mercado de trabalho ainda durante sua graduação.

Para Aveiro (2015), as pesquisas realizadas pelo Banco Mundial relativo às crises que atingem o sistema superior de ensino também destacam algumas questões, entre elas o acesso de grupos sociais menos privilegiados, tais como, mulheres e estudantes de zonas rurais.

No entanto, não podemos culpá-los pela decadência do ensino ministrado na Educação Superior, pois a educação é um direito de todos, portanto, as instituições necessitam se adequarem a essa nova realidade, inserindo os alunos com déficit educacional em monitorias, atividades extracurriculares, como também incentivá-los a estudar mais que os demais para que possam ter um bom desempenho.

Segundo Genghini (2006, p. 19), as pressões decorrentes da Educação Superior sofrida pelo aluno, muitas vezes faz com que este discente se sinta “inoperante e sem condições para vencer as dificuldades que julga ser exclusivamente de aprendizagem ou de sua responsabilidade, prejudicando sua formação e crescimento pessoal e profissional”.

Daí a importância de se capacitar também os gestores para receberem o público vindo das periferias, uma vez que os alunos buscam nas instituições um espaço democrático que proporcione discussões e valorize seus conhecimentos prévios.

A conclusão do Ensino Médio e a inserção do discente na Educação Superior, geralmente é uma mudança bastante expressiva na vida de qualquer aluno, especialmente aqueles que já concluíram a Educação Básica há algum tempo, e isso se dá em virtude dos modos distintos de estruturação de ambos.

Para Fiorin (2015, p. 38) na escola o calendário é

dividido em bimestres ou trimestres que apresentam uma continuidade dos conteúdos e avaliações buscando a aprovação no final do ano; horários fixos e grade curricular fechada; geralmente os estudantes que ingressaram no início do ano seguem na turma até o final do ano; existe um controle e supervisão da gestão da escola sob o ambiente escolar. A organização da escola depende, ainda, de cada etapa: Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

É na escola também que amizades são construídas, e com a conclusão da Educação Básica, este vínculo em alguns casos são desfeitos, fato este bastante representativo na vida dos estudantes.

Já nas universidades, de acordo com Fiorin (2015, p. 39) os cursos de graduação são

organizados a partir de um calendário dividido em semestres independentes; as disciplinas concluídas em um semestre não têm, necessariamente, continuidade no segundo semestre; os horários dependem das disciplinas em que o estudante se matricula; a grade curricular possibilita, além das disciplinas obrigatórias, a realização de disciplinas complementares de graduação (dgc); a turma varia de acordo com as disciplinas em que o estudante se matricula; incentiva-se a pesquisa; o estudante tem maior independência para fazer suas escolhas dentro do espaço universitário; a conclusão do curso é uma soma, principalmente, das disciplinas obrigatórias, das dgc, dos eventos que são contabilizados como atividades complementares de graduação (acg), do estágio, do trabalho de conclusão de curso. A universidade conta, ainda, com cursos de pós-graduação em sua estrutura.

Diante do exposto, é necessário que as instituições de Educação Superior revejam suas metodologias de acolhida aos alunos, especialmente os novatos, que são provindos de classes sociais menos favorecida, para que estes consigam se adaptarem a sua nova rotina, minimizando assim as dificuldades de aprendizagem.

Vale ressaltar ainda que Stallard (2010) ao conceituar as teorias cognitivistas diz que a não aprendizagem do aluno deve ser investigada, pois nem sempre o professor consegue alcançar o seu objetivo, ou seja, expor o conteúdo de maneira que seus alunos entendam.

Portanto, em algumas situações os discentes não podem ser culpados pelo seu baixo desempenho, visto que os mesmos além das mudanças sofridas, precisam aprender a lidar com a metodologia de ensino da Educação Superior.

O baixo rendimento e a falta de motivação dos alunos para executarem as atividades acadêmicas, pesquisas com teor científico, entre outras atribuições, também interferem no processo de produção acadêmica, na articulação entre alunos, professores, coordenadores e gestores, uma vez que influem na avaliação do corpo docente, podendo prejudicar a instituição no momento da avaliação realizada pelo Ministério de Educação – MEC (STALLARD, 2010).

Fato este que deve ser observado e monitorado pelas instituições de Educação Superior, pois as mesmas precisam sempre estar inovando em metodologias ativas com o intuito de facilitar o aprendizado do aluno.

Segundo Pavão; Bortolazo (2015, p. 18) para “garantir a acessibilidade e a sua real efetivação, seja na educação básica, superior, na sociedade como um todo, implica além de mudanças de estruturação, uma mudança cultural, que perceba e compreenda as diferenças”.

Diante do exposto, é pertinente afirmar que apenas quando tais aspectos citados pelas autoras forem respeitados, que poderemos dizer que em nosso país a Educação é uma das necessidades básicas do ser humano usufruída por todos, independente de raça, gênero e classe social.

Assim, é de grande importância não só ampliar o acesso dos indivíduos à Educação Superior; é essencial que a expansão do sistema educacional verificadas nos anos recentes sejam acompanhadas por políticas que permitam melhorias na qualidade do ensino, para que

possamos formar profissionais mais qualificados e capacitados para o mercado de trabalho, visto que este é o principal objetivo da Educação Superior.

Para tanto, se faz necessário analisar o “novo” perfil dos estudantes da Educação Superior, para que possamos entender as transformações nas demandas e nas práticas educativas, e conseqüentemente melhorar as políticas educacionais em todos os níveis de ensino, e com isso garantir o acesso e a permanência do alunado de classes sociais menos favorecidas e que apresentam dificuldades de aprendizagem na Educação Superior, como diz Pavão; Bortolazo (2015, p. 20), ao afirmar que

Implementar a acessibilidade, principalmente no que se refere a Educação Superior, é favorecer a aprendizagem, por meio da utilização de recursos pedagógicos adequados, condições de segurança tanto de espaços, mobiliários, como nos meios de comunicação. Esse conjunto integrado de ações e recursos possibilitam mais amplamente o desenvolvimento da autonomia de todas as pessoas e principalmente das pessoas com deficiência.

A partir da citação acima, podemos concluir afirmando que é imprescindível a implantação e execução de políticas educacionais na Educação Superior que permitam o acesso e permanência do alunado de classes sociais menos favorecidas socialmente, uma vez que estes em sua grande maioria apresenta dificuldades na sua formação científica-pedagógica em virtude da falta de conhecimentos teóricos que deveriam ter sido adquiridos na Educação Básica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma longa trajetória foi percorrida para que as políticas educacionais brasileiras confluíssem com o intuito de considerar a qualidade do ensino público como uma política Estadual. Tal medida visa à sedimentação das ações assistenciais direcionadas à garantia do acesso universal à Educação Básica, e consequentemente continuidade dos estudos a nível profissionalizante, ou seja, a Educação Superior.

No cenário político em que vivenciamos atualmente em nível mundial, várias incógnitas permeiam as diversas áreas do conhecimento. Na Educação não é diferente, especialmente por esta ser a base para todas as outras.

Apesar das dificuldades que o nosso país vem enfrentando, nos últimos anos estamos apresentando avanços significativos relacionados ao acesso e permanência dos alunos tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior.

A Educação Básica pública além de retratar avanços com relação ao quantitativo de alunos que estão concluindo seus estudos em nível básico, também apresenta evolução relacionada a qualidade do ensino, uma vez que mais jovens saem das instituições com seu senso crítico-democrático construído, e com uma visão de crescimento pessoal e profissional, consequentemente, estes fatores têm aumentado a inserção na Educação Superior, seja ela pública ou privada. Diante do exposto, se faz relevante afirmar que apesar das desigualdades sociais pelo sistema escolar público, a escolarização deve ser o fator mais importante para a mobilidade social intergeracional.

As instituições de Educação Superior constituem uma base importante para o crescimento econômico mundial, tendo em vista que são responsáveis pelo processo de formação dos cidadãos futuros, assim como pela preparação das capacidades técnicas de nível elevado que são cobradas devido à demanda existente na sociedade, com isso a educação universitária deve assumir a responsabilidade de formar profissionais competentes para o mercado de trabalho, como também produzir conhecimento e socializá-lo.

A partir da estratégia 12.9 traçada pelo Plano Nacional de Educação, referente ao decênio 2014-2024, que determina a ampliação do acesso a grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior brasileira, no qual a maioria é pertencente a classes sociais menos favorecidas, que trazem consigo marcas da marginalização, seja pela sua

condição financeira, raça, cultura, ou até mesmo omissão aos seus direitos políticos e sociais, em virtude das desigualdades da educação no país, podemos observar uma redução nas diferenças socioeconômicas referentes às chances de acesso à Educação Superior no Brasil, o que indica uma ruptura na trajetória crescente dessa desigualdade que se apresentava há décadas.

No entanto, vale ressaltar que apenas por termos um quantitativo maior de alunos matriculados na Educação Superior do que tínhamos nas décadas passadas, isto não é motivo de enaltecermos as políticas de acesso, pois é imprescindível que o nosso alunado permaneça nas instituições até que seu curso de graduação seja concluído, uma vez que a ampliação do acesso à educação não garante a redução das desigualdades educacionais, pois esta depende de diversos fatores relacionados ao contexto social e da existência de políticas públicas inclusivas.

Com o intuito de reduzir as desigualdades no acesso e a permanência das classes sociais menos favorecidas socialmente nos cursos de graduação tanto na rede pública quanto na privada, muitas estratégias foram criadas e ampliadas. No caso da expansão das instituições de Educação Superior privada, destacam-se a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e a criação do Programa Universidade para Todos – Prouni.

Um dos fatores que vem contribuindo para a ampliação da Educação Superior privada nos últimos anos é o fato da escolarização pública não ser capaz de produzir o mesmo efeito sobre a mobilidade social para indivíduos com diferentes características socioeconômicas, pois mesmo com a expansão do sistema educacional público, este ainda não é suficiente para garantir melhores oportunidades de inserção ocupacional a todos os cidadãos. Pois os recursos culturais e econômicos das famílias dos estudantes da rede privada e da pública são bastante heterogêneo, o que resulta muitas vezes na inversão do tipo de rede frequentada pelos discentes durante a graduação, ou seja, os alunos que possuem familiares com um poder aquisitivo melhor estudam a Educação Básica em escolas particulares e adentram na Educação Superior pública, enquanto que os discentes da Educação Básica pública cursam graduação em instituições de Educação Superior privada.

Durante a análise dos dados foi possível observar que muitos alunos adentram na Educação Superior privada, porém com relação às estatísticas de conclusão de curso, esta

ainda é bastante inferior ao quantitativo dos que iniciam, uma vez que alguns desistem do tão almejado diploma de graduação em virtude das dificuldades que precisam ser enfrentadas.

A evasão de tais alunos vai desde motivos sociais, como financeiros, indisponibilidade de tempo para conciliar os estudos com sua vida laboral, até a desistência devido às dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que alguns discentes adentram na Educação Superior sem conhecimentos prévios relacionados à Educação Básica.

Ao compararmos os dados referente a caracterização sócio-econômica dos alunos do Curso de Enfermagem do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, do primeiro período tanto dos turnos diurnos quanto noturnos, com os discentes do último período, observamos algumas discrepâncias nas informações.

No primeiro período tanto diurno quanto noturno prevalece os discentes com idades entre 18 e 25 anos. Com relação ao uso de transporte escolar, a maioria dos alunos diurnos residem em João Pessoa e com isso não faz uso de transporte escolar, e os noturnos têm porcentagem semelhantes para os que necessitam e os que não utilizam tal benefício.

O gênero predominante é o feminino, o estado civil da maioria é solteiro (a), e sobre a renda familiar do turno da manhã, impera os que recebem entre um e dois salários mínimos, já os da noite, as estatísticas são iguais para os que têm renda de até um salário mínimo e os que estão entre um e dois salários mínimos. De acordo com as atividades laborais exercida por eles, a maioria dos discentes vespertinos não trabalham, enquanto que os noturnos trabalham.

No décimo período a faixa etária predominante no turno da manhã encontra-se entre 36 e 40 anos, já entre o noturno entre 31 e 35 anos, apenas a minoria de ambos os turnos faz uso de transporte escolar. Entre os alunos da manhã predomina o gênero feminino e a noite o masculino.

Com relação ao estado civil dos pesquisados vespertinos prevalece os que são casados (as) e os noturnos solteiros (as). Ao falarmos de renda familiar, os participantes da pesquisa diurnos tiveram resultados iguais para os que recebem entre um e dois salários mínimos e acima de três salários mínimos, no turno da noite prevaleceu os que recebem

entre um e dois salários mínimos. Sobre as atividades laborais, a maioria dos discentes vespertinos não trabalham, enquanto que os noturnos trabalham.

Durante a análise dos dados referente às fatores que podem refletir na Educação Superior observamos que algumas informações independem do turno e do período, uma vez que as dificuldades encontradas pelos alunos que concluíram a Educação Básica em instituições públicas são semelhantes.

Entre os participantes da pesquisa que cursavam o primeiro período tanto do turno vespertino quanto os noturnos, a prevalência foi para os que iniciaram seu curso de graduação com até cinco anos após a conclusão da Educação Básica. Com relação às disciplinas que mais tinham dificuldades durante a época da escola predominou Matemática nos dois turnos. Ao falarmos de cursos técnicos, pela manhã nenhum dos pesquisados possui curso profissionalizante, enquanto que entre os alunos noturnos prevalecem os que já têm uma profissão de nível técnico.

Quando questionados a respeito da realização do Exame Nacional do Ensino Médio, a maioria dos alunos já realizou a prova. Ao responderem as informações sobre benefícios sociais recebidos durante a inserção na Educação Superior, observou-se que a maioria dos alunos diurnos não possuem benefícios, enquanto que entre os alunos noturnos esse dado é inverso. Tendo em vista que alguns graduandos possuem dificuldades em seu processo de ensino-aprendizagem, os participantes do estudo relataram que o Instituto de Educação Superior da Paraíba fornece meios para facilitar o aprendizado do seu alunado.

Já entre os alunos do décimo período, prevaleceu os participantes que adentraram na Educação Superior com mais de dez anos após a conclusão da Educação Básica. Com relação as disciplinas que mais tinham dificuldades durante os anos de estudos colegial a turma da manhã citou Química e Física, já os alunos noturnos as estatísticas foram iguais para Química, Física, Matemática e Português.

A respeito de curso em nível técnico, prevalecem os alunos que já possuíam algum curso profissionalizante antes de adentrar na Educação Superior. Ao questionarmos sobre se alguma vez já tinham realizado o Exame Nacional do Ensino Médio, a maioria dos alunos nunca fez a prova. Ao serem perguntados sobre o recebimento de benefícios sociais durante sua graduação, observa-se que poucos alunos da manhã possui benefício, enquanto que os

discentes noturnos em sua maioria foram beneficiados por algum programa que a instituição disponibiliza. Ao questionarmos os discentes com relação ao fornecimento de meios ofertados pela instituição de Educação Superior que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, o percentual foi maior entre os que responderam que esta auxilia os mesmos de diversas maneiras.

Concluindo as reflexões sobre a análise dos dados, questionamos os participantes das quatro turmas selecionadas a respeito das dificuldades encontradas pelos alunos durante sua inserção e permanência na Educação Superior. E com isso, foi possível observar que independente do turno e do período, os obstáculos são semelhantes, uma vez que a maioria dos alunos citaram aspectos relacionados a questões financeiras, falta de tempo para se dedicar aos estudos, e dificuldades relacionadas com a deficiência de conhecimentos básicos acerca das disciplinas de base, como Português, Matemática, Química e Física.

Tal concepção pode ser observada e vivenciada pelos docentes dos cursos de graduação das instituições de Educação Superior privada, uma vez que ao solicitarem de seus alunos atividades acadêmicas que requerem conhecimento básico prévio, estes encontram diversas dificuldades para desenvolverem as tarefas.

Outro aspecto negativo de extrema relevância abordado refere-se ao tempo que os alunos ficaram sem estudar entre o período de conclusão da Educação Básica e a inserção na Educação Superior privada, pois é notório as dificuldades que tais alunos precisam enfrentar para superar tal obstáculo e conseguir incluir em sua rotina diária os estudos.

Diante do exposto, podemos afirmar que a busca da qualidade na implantação e execução das políticas educacionais inclusivas referentes ao acesso e permanência dos discentes de cursos de graduação não é uma tarefa simples, mas não podem deixar de ser enfrentadas e debatidas, especialmente nesse novo momento em que tanto ouvimos falar sobre inclusão social.

Ao término desta pesquisa, pretendemos contribuir com reflexões sobre as políticas educacionais de inclusão voltadas para a Educação Básica pública e a Educação Superior privada, enaltecendo as conquistas alcançadas até o momento, porém nos fazendo meditar sobre o acesso à graduação no Brasil, que ainda encontra-se longe da universalização para todo e qualquer cidadão, independente de sua classe social.

Com base neste momento da pesquisa elencamos algumas sugestões propositivas para minimizar os problemas detectados e como continuidade do estudo. Entre estas, podemos citar: orientar aos professores da Educação Superior privada quanto à importância de se utilizar metodologias ativas durante as aulas, tornando o aluno mais participativo; oferecer aos alunos disciplinas optativas que estejam relacionadas à Educação Básica, como por exemplo Português e Matemática; incentivar os docentes e discentes a participarem de eventos científicos, como congressos e simpósios; e ofertar projetos de extensão com o intuito de facilitar o desempenho prático dos discentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Solange. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.010, de 2009**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=449001>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

ALVARENGA, Carolina Faria et al. Desafios do Ensino Superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **RPCA**. Rio de Janeiro. v. 6, n. 1, jan./mar., 2012, p. 55-71. ISSN: 1982-2596.

ALVES, Maria da Piedade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Escolar Editora, 2012.

ARAÚJO, Luiz; MARCELINO, José (Orgs.). **Público x privado em tempos de Golpe**. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

AVEIRO, Jorge Fernando Hermida. **A Reforma Educacional no Brasil (1988-2001): processos legislativos, projetos em conflitos e sujeitos históricos**. 04 mar. 2002. 428f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 04 mar. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/suely/Downloads/AveiroJorgeFernandoHermida.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

BARBA, Marina Della. **Por que diferença entre escolas particulares e públicas do Brasil no Pisa foi pequena**. BBC Brasil em São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38247797>>. Acesso em: 18 out. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2009.

BELLONI, Isaura. Função da Universidade: notas para reflexão. **Coletânea CBE**. Universidade e Educação. Campinas/SP: Papirus: CEDES, 1992.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Governo do Brasil. Portal Brasil. **Economia e Emprego**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/aceso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Governo do Brasil. Portal Brasil. **Educação**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/12/numero-de-estudantes-universitarios-cresce-25-em-10-anos>>. Acesso em: 16 fev. 2018. 2018d.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de junho de 2014**. Aprova o PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 05 nov. 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Superior**: MEC assina convênios para expandir universidades. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5236&catid=212>. Acesso em 05 jan. 2018. 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017**. Disponível em: <<http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-468-2017-04-03.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROUNI**: Programa Universidade para Todos. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 5 jan. 2018. 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil – UAB**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva?id=12265>>. Acesso em: 05 jan. 2018. 2018c.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12816.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 de Nov. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Aceso em 15 nov. 2015a.

BRASIL. **Resolução 466** - Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466>. Acesso em: 22/mai/2015c.

BRASIL. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015d.

CANDEU, Gabriela Naiara de Souza; VERMEERSCH, Paula Ferreira. A ditadura militar e suas consequências na consciência da educação como política. **Colloquium Humanarum**. v. 13, n. Especial, Jul–Dez, 2016, p. 33-37. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2016.v13.nesp.000808.

CARDIM, Paulo A. Gomes. Direto da Reitoria. **A polêmica em torno do programa de financiamento estudantil – fies**. 2015. Disponível em: <

<http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/a-polemica-em-torno-do-programa-de-financiamento-estudantil-fies>>. Acesso em: 07 set. 2017.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Lei 7.498/86, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CZELUSNIAK, Adriana. Gazeta do Povo. Vida e Cidadania. **Nunca é tarde para obter um diploma**. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nunca-e-tarde-para-obter-um-diploma-331qofnj02pdqwx0p0iqvotou>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

DANTAS, E.; SOUSA JUNIOR, L. Na contracorrente: a política do governo Lula para a Educação Superior. In: SOUSA JUNIOR, L. (Org). **Política, financiamento e gestão educacional**. João Pessoa: Idéia, 2015.

DELANHESE, Daniele Gervazoni. **Dicotomia entre o ensino público e privado: mitos e realidade**. Ano I - nº 01 - Maio de 2001 - Bimensal - Maringá - PR - Brasil - ISSN 1519.6178.

EDUCA MAIS BRASIL. Como funciona. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FERRARI, Roseane de Fátima; CANCI, Adriana. Investigação psicopedagógica das dificuldades de aprendizagem no ensino superior. **Revista de Ciências Humanas**. v. 6, n. 7, 2005.

FIORIN, Bruna Pereira Alves. Universidade: adaptação e aprendizagem. In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org.). **Ações de atenção à aprendizagem no Ensino Superior**. Santa Maria: [UFSM], Ed. pE.com, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Dez 2014, vol.35, no.129, p.1085-1114. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>>. Acesso em: 29 out. 2016.

GENGHINI, Edna Barberato. O Ensino Superior no Brasil: fatores que interferem no Rendimento escolar e a visão dos alunos sobre suas dificuldades de aprendizagem. **Revista da Educação**. Universidade de Guarulhos. I (1): 18-30, 2006.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Alfredo Macedo; SILVA, Assis Leão da; ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Avaliação da Educação Superior no Brasil: discursos, práticas e disputas. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 909-928, set./dez. 2017 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 07 out. 2018.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vitor. **Evolução histórica do Ensino Superior no Brasil**. Biblioteca virtual do Conselho Federal de Enfermagem. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Evolucao-Historica-no-ensino-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

IESP. Catálogo Institucional 2017. Disponível em: http://www.iesp.edu.br/sesp/wp-content/uploads/2015/04/CATALOGO_INSTITUCIONAL_2017.pdf. Acesso em: 06 fev. 2018.

ISO – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. [online]. Brasília, INEP, 2017. [citado 09 de dezembro de 2017]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, Nilson José. Qualidade de educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Estudos Avançados**. vol. 21, n. 61. São Pulo, Set/Dez. 2007.

MANCENO, Deise; VALE, Andréa Araujo Do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**. V. 20, n. 60. Jan.-mar. 2015.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. v. 17 (Suplemento 3), 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**. vol.14, n. 1. São Paulo, Jan./Mar., 2000.

MONLEVADE, João A.; SILVA, Maria Abádia da. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idéa Editora, 2000.

O GLOBO. **Universitários brasileiros são brancos, moram com os pais e estudam pouco**: pesquisa traçou perfil do estudante que cursa os últimos semestres do ensino superior. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/universitarios-brasileiros-sao-brancos-moram-com-os-pais-estudam-pouco-21028017>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ORTEGA, Eliane Maria V. O ensino médio público e o acesso ao ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 23, p. 153-176, jan./jun. 2001.

PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; BORTOLLAZO, Jessica. Aprendizagem e acessibilidade na Educação Superior. In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org.). **Ações de atenção à aprendizagem no Ensino Superior**. Santa Maria : [UFSM], Ed. pE.com, 2015.

PEREIRA, Thiago Igrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Correa da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 4, n.2, 2010.

PRAVALER. Bolsas e financiamentos estudantis. Disponível em: < <http://www.portalpravalier.com.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.
Rendimento escolar e a visão dos alunos sobre suas dificuldades de aprendizagem. **Revista da Educação**. Universidade de Guarulhos. I (1): 18-30, 2006.

RESENDE, Giovani; MESQUITA, Maria da Glória B. F.. Principais dificuldades percebidas no processo ensino-aprendizagem de matemática em escolas do município de Divinópolis, MG. **Educ. Matem. Pesq.** São Paulo, v.15, n.1, pp. 199-222, 2013.

ROZEMBERG, Eduarda. **Como fazer com que o desempenho dos alunos melhore?** Disponível em: < <https://www.somospar.com.br/como-fazer-com-que-o-desempenho-dos-alunos-melhore/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. Penso, 2013.

SANTOS, E.F.; et al.; **Legislação em Enfermagem**: Atos Normativos do Exercício e do Ensino de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2002.

SARAVALI, Eliana Giachetto. Dificuldades de aprendizagem no Ensino Superior: reflexões a partir da perspectiva Piagetiana. **ETD: Educação Temática Digital**. Campinas, v.6, n.2, p.99-127, jun. 2005. ISSN: 1676-2592.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Ed. Cortez, Autores Associados, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. Ensino público e ensino privado: convergências e divergências. In: MENDES, Candido.; CASTRO, Claudio de Moura. (Org.). **Qualidade, expansão e financiamento do ensino superior privado**. Rio de Janeiro: EDUCAM; ABM, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. Massificação, equidade e qualidade: Os desafios da Educação Superior no Brasil – Análise do Período 2009-2013. Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos BRICS. **Cad. CRH**, vol. 28, nº 74, Salvador, may/aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br-scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000200267>. Acesso em: 30 set. 2017.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. (In): BURKE, Peter (Org.). **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Margarida Sônia Marinho do Monte; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. In: ZENAIDE, Maria

de Nazaré Tavares et al. **Direitos Humanos:** capacitação de educadores. João Pessoa: Editora UFPB, 2008. Módulo II, p. 101-109.

SMANIOTTO, Sandra Uliano. Alunos Adultos e a Vivência no Ensino Superior. **Revista Técnico-Científica das Faculdades Atibaia**. v. 1, n. 9, 2011.

SOUZA, José Vieira de (Org.). **Educação superior no Distrito Federal:** consensos, conflitos e transformações na configuração do campo. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2013.

STALLARD, Paul. **Ansiedade:** Terapia Cognitivo-Comportamental para Crianças e Jovens. São Paulo: Ed. Artmed, 2010.

TANCREDI, Letícia. **Educação Superior.** Mulheres são maioria entre os universitários, revela o Censo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16227-mulheres-sao-maioria-entre-os-universitarios-revela-o-censo>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

TAVARES, José. **Formação e Inovação no Ensino Superior.** Portugal: Porto Editora LDA, 2003.

VASCONCELOS, Celso do Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Faixa etária: () Entre 18 e 25 anos () Entre 26 e 30 anos () Entre 31 e 35 anos () Entre 36 e 40 anos () Acima de 40 anos	Renda familiar: () até 1 salário mínimo () Entre 1 e 2 salários mínimos () Entre 2 e 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos
Município de residência: _____ Necessita de transporte escolar? Qual? () Sim _____ () Não	Trabalha? () Sim () Não Se sim, qual profissão? _____
Gênero: () Feminino () Masculino	Qual turno você estuda? _____
Estado civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Divorciado (a) () União estável () Viúvo (a)	Qual período está cursando? () Primeiro período () Décimo período

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

1- Há quanto tempo concluiu o Ensino Médio?

- () Até 05 anos
 () Entre 6 e 10 anos
 () Mais de 10 anos

2- Durante seus estudos no Ensino Fundamental e Médio, quais as disciplinas que você mais tinha dificuldades?

_____ .

3- Você tem algum curso em nível técnico? Se sim, qual?

- () Sim: _____
 () Não

4- Você realizou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com o intuito de ingressar em algum curso de graduação de instituição pública? Se sim, qual curso?

- () Sim: _____
 () Não

5- Ao ingressar na Educação Superior, você foi beneficiado com algum Programa Social? Se sim, qual?

- () Sim: _____
 () Não

6- A instituição fornece meios para facilitar o seu processo de aprendizagem? Se sim, quais?

() Sim: _____

() Não

7- Quais as maiores dificuldades que você tem ou teve ao ingressar em uma instituição de nível superior?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado participante,

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

Este estudo é intitulado como “A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM” e está sendo desenvolvido pela mestrandia Suely Aragão Azevêdo Viana, sob a supervisão do Professor Dr. Wilson Honorato Aragão.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

Os objetivos deste estudo são: analisar quais os fatores presentes na Educação Básica pública que interferem na formação acadêmica dos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP; identificar o perfil sócio-econômico dos discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do IESP que cursaram a Educação Básica em instituições públicas.

A finalidade é contribuir para auxiliar no bom desempenho dos alunos em seus estudos em nível de graduação, amenizando as dificuldades apresentadas em decorrência do déficit de conhecimento nas disciplinas de base.

Procedimentos do estudo

Sua participação consiste em responder um questionário composto por perguntas objetivas e subjetivas, tanto relacionada a caracterização da amostra quanto aos objetivos da pesquisa, em um tempo médio de 30 minutos.

Riscos e benefícios

Este estudo apresenta como possíveis riscos e/ou desconforto o preenchimento do questionário com dados relacionados a caracterização do participante, no entanto, será mantido em sigilo com o intuito de preservar o anonimato.

Os benefícios deste estudo serão relacionados às Políticas Educacionais, os quais pretendemos apontar contribuições que possam amenizar as dificuldades vivenciadas pelos alunos de baixa renda que estudam em instituições de Educação Superior privada.

O pesquisador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa proporcionarão assistência imediata, bem como se responsabilizam pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa.

Caso você venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, terá direito à indenização, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Cabelo, _____ de _____ de _____



Participante da pesquisa

Impressão dactiloscópica

Pesquisador

Pesquisador responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora ou Comitê de Ética e Pesquisa:

Nome: Suely Aragão Azevêdo Viana, telefone: (83) 99364-2100, email: suzinhaazevedo85@gmail.com.

CEP/IESP: Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Educação Superior da Paraíba – CEP/IESP/FATECPB, telefone 2106-3849, e-mail: comiteiesp@gmail.com.

ANEXO A

ENCAMINHAMENTO DO PESQUISADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINDA DE PESQUISA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS



OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DO PESQUISADOR

Ao

Instituto de Ensino Superior da Paraíba
Setor: Coordenação do Curso Bacharelado em Enfermagem
Coordenadora Patrícia Tavares de Lima

Assunto: Solicitação de autorização para a realização de pesquisa do acadêmico do Curso de Enfermagem do IESP/PB

Solicitamos a Coordenação do Curso Bacharelado em Enfermagem localizada no Município de Cabedelo, Paraíba, a realização da Pesquisa da Mestranda SUELY ARAGÃO AZEVÊDO VIANA do Curso de Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sobre o tema: A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR. O objetivo da pesquisa é analisar quais os fatores presentes na Educação Básica que interferem na formação acadêmica dos discentes de Curso de Graduação da Rede Privada. A pesquisa está sob orientação do Professor Wilson Honorato Aragão. A pesquisa se caracteriza como de campo e envolverá a participação dos acadêmicos do Curso de Enfermagem. A pesquisa encontra-se bem estruturada e atende aos fundamentos éticos e científicos pertinentes a Resolução nº 466 de 2012 e a Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde/MS.

Cabedelo, 22 de novembro de 2017

Pesquisador Participante

IESP Sociedade de Ensino Superior da Paraíba
Patrícia Tavares de Lima
Coordenadora do Curso de Enfermagem

Cynthia Gomes Pinheiro
 Cynthia Gomes Pinheiro
SIAPE: 1289351
Secretária
PPGE – CE – UFPB

ANEXO B

FOLHA DE ROSTO



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 100			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA			
6. CPF: 062.581.004-06	7. Endereço (Rua, n.º): MANOEL FRANCISCO DE MELO CUIA AP. 102 JOAO PESSOA PARAIBA 58077126		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (83) 8822-9224	10. Outro Telefone:	11. Email: suzinhaazevedo85@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo. Data: <u>22</u> / <u>11</u> / <u>17</u> Assinatura 			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP	13. CNPJ: 70.118.716/0002-54		14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (83) 2106-3800	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Responsável: <u>Patrícia Tavares de Lima</u> CPF: <u>914.864.913-91</u> Cargo/Função: <u>Coordenadora da Graduação em Enfermagem</u> Data: <u>22</u> / <u>11</u> / <u>2017</u> Assinatura 			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C
TERMO DE ANUÊNCIA



Instituição Coparticipante: Instituto de Educação Superior da Paraíba

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “A interferência da Educação Básica na formação científico-pedagógica no Ensino Superior”, sob responsabilidade da Mestranda Suely Aragão Azevêdo Viana, sob a supervisão do Professor Dr. Wilson Honorato Aragão, com os objetivos de analisar quais os fatores presentes na Educação Básica que interferem na formação acadêmica dos discentes de Cursos de Graduação da Rede Privada; identificar o perfil sócio-econômico dos discentes que cursaram o Ensino Básico em instituições públicas; identificar o perfil sócio-econômico dos discentes que cursaram o Ensino Básico em instituições privadas; e realizar um estudo comparativo entre os alunos que cursaram o Ensino Básico em instituições públicas e privadas.

Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do CNS. Informamos que para ter acesso a instituição e iniciar a coleta dos dados, fica condicionada a apresentação da Certidão de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e o Parecer Consubstanciado, devidamente credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

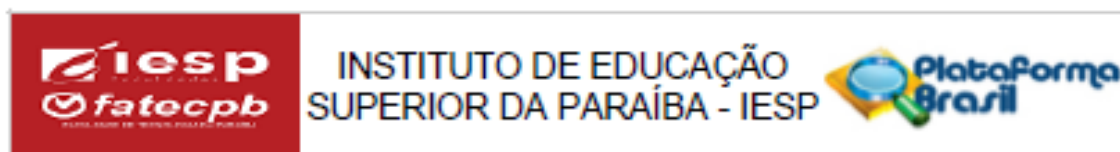
Atenciosamente,

IESP Sociedade de Ensino Superior da Paraíba
Patricia T. de Lima
Patricia Tavares de Lima
Coordenadora do Curso de Enfermagem

Assinatura e carimbo do responsável institucional

ANEXO D

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR

Pesquisador: SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80425317.2.0000.5184

Instituição Proponente: Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.403.332

Apresentação do Projeto:

A fragilidade do ensino na Educação Básica é um problema que ocorre há décadas, especialmente nas instituições públicas do nosso País, sendo este fato refletido no Ensino Superior, uma vez que alguns alunos chegam até esta etapa com um grande déficit de conhecimento nas disciplinas do núcleo comum como português e matemática, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Diante do exposto, este estudo tem como finalidade analisar quais os fatores presentes na Educação Básica que interferem na formação acadêmica dos discentes de Cursos de Graduação da Rede Privada; Identificar o perfil sócio-econômico dos discentes que cursaram o Ensino Básico em instituições públicas; Identificar o perfil sócioeconômico dos discentes que cursaram o Ensino Básico em instituições privadas; e realizar um estudo comparativo entre os alunos que cursaram o Ensino Básico em instituições públicas e privadas. Será realizado a partir de pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quanti-qualitativa. A presente pesquisa será desenvolvida no Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, com os alunos do Curso de Enfermagem, no qual a coleta de dados se dará através da aplicação de um questionário.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar quais os fatores presentes na Educação Básica que interferem na formação acadêmica dos discentes de Cursos de Graduação da Rede Privada

Endereço: BR 230 - Estrada de Cabedelo Km14

Bairro: Cabedelo

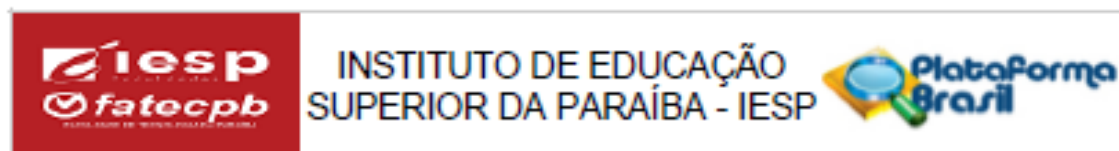
UF: PB

Município: CABEDELÓ

Telefone: (83)2106-3827

CEP: 58.310-000

E-mail: comiteiesp@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.403.332

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Toda pesquisa envolvendo seres humanos oferece riscos potenciais, sejam nas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual da pessoa. A observação ao princípio da autonomia do participante, sobretudo no tocante a preservação da privacidade dos dados e o sigilo das informações oferecidas, conforme reza a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS. O projeto de pesquisa apresenta riscos mínimos a pessoa humana e que devem ser observados rigorosamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR foi devidamente instruído, de acordo com a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS, devendo atender para os devidos comentários do parecer. O tema da pesquisa apresenta relevância científica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em observação a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS, foram apresentados os seguintes documentos obrigatórios: Ofício solicitando a realização da pesquisa pela instituição proponente, Carta de anuência da instituição co-participante, Instrumento de coleta de dados do tipo questionário, Termo de consentimento livre e esclarecido e o Projeto de pesquisa completo.

Recomendações:

O pesquisador deve informar ao comitê de ética em pesquisa quaisquer alterações realizadas no projeto de pesquisa ou na coleta de dados ou mudança de qualquer outra natureza no desenvolvimento da investigação. Devendo também emitir relatórios parcial e final da pesquisa, anexando-os a Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está de acordo com a Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS, não apresentando inadequações ou pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto de pesquisa não apresenta inadequações ou pendências.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: BR 230 - Estrada de Cabedelo Km14
 Bairro: Cabedelo CEP: 58.310-000
 UF: PB Município: CABEDELÓ
 Telefone: (83)2106-3827 E-mail: comitelesp@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.403.332

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1038433.pdf	27/11/2017 12:56:25		Aceito
Outros	questionario.pdf	27/11/2017 12:54:41	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	27/11/2017 12:53:44	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projeto-plataforma.pdf	27/11/2017 12:53:07	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
Investigador				
Orçamento	previsao-orcamentaria.pdf	27/11/2017 12:51:43	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	encaminhamento.pdf	27/11/2017 12:50:38	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo-de-anuencia.pdf	27/11/2017 12:50:10	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	27/11/2017 12:49:22	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito
Folha de Rosto	folha-de-rosto.pdf	27/11/2017 12:48:56	SUELY ARAGÃO AZEVEDO VIANA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CABEDELO, 28 de Novembro de 2017

Kareline Izaltemberg V. Vasconcelos

Assinado por:

Kareline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock
(Coordenador)

Endereço: BR 230 - Estrada de Cabedelo Km14

Bairro: Cabedelo

CEP: 58.310-000

UF: PB

Município: CABEDELO

Telefone: (83)2106-3827

E-mail: comitelesp@gmail.com